



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Terror criminoso: Evolução do *modus operandi* do crime organizado na cidade do Rio de Janeiro.

Paula Mendes Rodino

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais

Área de Especialização em Gestão da Segurança

Orientação Científica:

Prof. Doutor Pedro José Lopes Clemente
Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Coorientação Científica:

Major PM Leonardo Novo Oliveira Andrade de Araújo
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Janeiro 2021.

Dedicatória

Aos meus avós Maria Eliza, Pedro,
Neuza e Antenor, *in memoriam*, que
muito me ensinaram sobre amor,
humildade e perseverança.

Agradecimentos

Minha gratidão, após esta árdua jornada do curso de mestrado, é por ter aprendido tantas coisas, que seria impossível enumerá-las e que vão muito além do conhecimento pragmático. Por quase um ano e meio morei em Lisboa, onde fiz grandes amigos e pude conviver com pessoas generosas e especiais.

Ao meu Orientador Professor Pedro Clemente, a quem confiei minhas ideias e um dos projetos mais importantes e desafiadores da minha vida acadêmica, por ter embarcado nessa longa caminhada ao meu lado, sempre com grande entusiasmo e vasto conhecimento. Obrigada pela paciência e dedicação por toda orientação.

Ao meu Co-orientador e amigo Leonardo Novo, que me inspira desde Cadete a ser uma profissional melhor, tendo como fio condutor das minhas ações: verdade, profissionalismo e humanidade. Agradeço por todo tempo dedicado a mim, desde que nos conhecemos.

Aos grandes camaradas, professores e alunos, que fiz no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, com os quais compartilhei vários e vários meses de muitas aulas, estudos, trabalhos etc. Em especial, à Fabiana Britto pelos momentos de estudo, de companhia e de bons vinhos. Com a certeza de que boas pessoas tornam bons lugares ainda melhores.

A todos aqueles que trabalham nos bastidores do ISCPSP e não menos importantes, na biblioteca, na faxina, na administração, na segurança, na cozinha, no auditório, sem os quais nada disso seria possível, com toda excelência. Em especial à Teresa e Fátima, que estiveram sempre prontas a ajudar em todas as vezes que precisei.

Aos meus grandes amigos Vinicius Castilho, Aline Costa, Natália Mendes e Paulo Rodrigues, por toda amizade e amor compartilhados nos momentos, mais ou menos caóticos, ao longo deste tempo.

À Thais Sena por incondicional suporte, incentivo e leveza ao longo deste período.

E por fim, a todos aqueles que fizeram parte deste processo, sendo tantos conhecidos, desconhecidos, de nacionalidades diversas, mas em especial a toda tropa de bons policiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, formada por mulheres e homens de muita fibra e coragem. Verdadeiros irmãos de farda com os quais ombreio diariamente nesta vida.

Resumo

Com o passar dos anos, a cidade do Rio de Janeiro tem vivenciado mudanças e evoluções da criminalidade organizada do tráfico de drogas. Em decorrência disso, há atualmente uma realidade permeada pela violência, em grande parte, oriunda das variadas atividades dessas facções.

Um dos aspectos fundamentais para compreensão dessa citada evolução se dá dentro da análise da complexidade do *modus operandi* criminoso. E, além disso, há necessidade de se regressar às origens e territorialidades para melhor aprofundamento. Uma vez que essas variáveis estão diretamente interligadas.

Buscou-se, então, analisar de que maneira se desenvolveu a criminalidade do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro para que culminasse na sua atual prática criminosa, tal como se apresenta, de elevado poderio bélico, conduta perversa, busca de domínio territorial no interior das comunidades carentes e/ou favelas. E, a partir disso, verificar se existem aproximações com o *modus operandi* terrorista.

Portanto, mostrou-se latente a importância em se investigar a evolução das facções criminosas traficantes de drogas territorializadas na cidade do Rio de Janeiro para melhor compreender e sistematizar a maneira como a violência atual está presente na realidade carioca, assim como verificar as dinâmicas das situações de tensões e hostilidades para identificar fatores agravantes e característicos dos dois tipos de criminalidades estudados, com suas possíveis aproximações e distanciamentos.

Por fim, em simultâneo a isso, é preciso exercício constante de se pensar e repensar a atividade de segurança pública, evitando que haja estagnação, em sentido amplo, das forças policiais, em específico da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Sendo, por isso, importante que haja planejamento estratégico adequado e em consonância com a legislação vigente.

Palavras-chave: Criminalidade, Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro, Terrorismo, Território e Polícia.

Abstract

Over the years, the city of Rio de Janeiro has experienced changes and developments in organized crime in drug trafficking. As a result, there is currently a reality permeated by violence, largely from the varied activities of these factions.

One of the fundamental aspects for understanding this evolution occurs within the analysis of the complexity of criminal conduct or *modus operandi*. And, in addition, there is a need to return to the origins and territorialities for a better understanding. Since these variables are directly interconnected.

As a result of this and of every study carried out, we sought to analyze how the crime of drug trafficking in the city of Rio de Janeiro developed so that it culminated in its current criminal practice, as it appears, with high military power, conduct perverse, search for territorial dominance within poor communities and / or slums. And, from that, check if there are any similarities with the terrorist *modus operandi*.

Therefore, the importance of investigating the evolution of criminal gangs dealing with territorialized drugs in the city of Rio de Janeiro was latent in order to better understand and systematize the way in which current violence is present in the reality of Rio, as well as to verify the dynamics of situations, tensions and hostilities to identify aggravating and characteristic factors of the two types of crime studied, with their possible approximations and distances.

Finally, at the same time, it is necessary to constantly think and rethink public security activity, avoiding stagnation, in a broad sense, by the police forces, specifically the Military Police of the State of Rio de Janeiro. Therefore, it is important that there is adequate strategic planning and in line with current legislation.

Keyword: Crime, Drug Trafficking in Rio de Janeiro, Terrorism, Territory and Police.

Índice

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Índice.....	vi
Índice das Figuras	viii
Introdução.....	1
Capítulo 1 - Panorama da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro.....	4
1..Enquadramento.....	4
1.1. Justificativas do tema	6
1.2. Crescimento urbano e a construção do espaço favelado	8
1.3. A criminalização da favela	10
Capítulo 2 – Método	11
2. Objetivos	11
2.1. Objetivos geral e específico	11
2.2. Definição do problema e pergunta de investigação	12
2.3. Descrição do método	12
2.3.1. Método	12
2.3.2. <i>Corpus</i>	13
2.4. Resultados possíveis	14
Capítulo 3 - Apresentação e discussão dos resultados	15
3. Questionário: justificativa e fundamentação	15
3.1. Resultados	16

Capítulo 4 - Criminalidade Organizada e Tráfico de Drogas	28
4. Criminalidade organizada	28
4.1. Tráfico de drogas	33
4.2. Componentes nacionais e transnacionais	35
4.3. <i>Modus operandi</i>	36
Capítulo 5 - Terrorismo: distanciamento e aproximações com a criminalidade do tráfico de drogas	40
5. Terrorismo: Conceituação e contextualização	40
5.1. <i>Modus operandi</i> terrorista	44
5.2. Terrorismo <i>versus</i> criminalidade organizada do tráfico de drogas	46
5.2.1. Territórios e influências	46
5.2.2. Recrutamento criminoso	47
5.2.3. Recursos financeiros	49
5.2.4 Poderio bélico	50
5.2.5. Propaganda e apelo midiático	52
Conclusão	54
Referências Bibliográficas.....	58

Índice das Figuras

Figura 1. Pergunta: Há quantos anos é policial militar?.....	17
Figura 2. Pergunta: Por quantos anos esteve (ou está) na atividade fim, seja em batalhão operacional ou em especializado?.....	17
Figura 3. Pergunta: Desde o ingresso na corporação, qual a sua percepção sobre o emprego da violência das facções criminosas?.....	18
Figura 4. Pergunta: Durante incursões em comunidades com presença do tráfico de drogas, com que frequência se deparou com instrumentos de contraguerrilha (barricadas, trincheiras, seteiras), que foram colocadas para dificultar acesso das forças de segurança pública?.....	19
Figura 5. Pergunta: Durante a carreira, quantas vezes entrou em confronto armado?.....	20
Figura 6. Pergunta: Quando em confronto, durante a carreira, já esteve em condições de inferioridade numérica?.....	21
Figura 7. Pergunta: Quando em confronto, durante a carreira, já esteve em condições de inferioridade bélica?.....	21
Figura 8. Pergunta: Qual seria a principal motivação dos grupos criminosos de tráfico de drogas, atuantes no Rio de Janeiro?.....	22
Figura 9. Pergunta: Já apreendeu algum material de controle financeiro do tráfico de drogas?.....	23
Figura 10. Pergunta: Já apreendeu algum tipo de cartilha de orientação do tráfico de drogas que continha regras ou táticas de conduta de enfrentamento às forças policiais?.....	24
Figura 11. Pergunta: Quais são as armas de fogo mais apreendidas rotineiramente?.....	24

Figura 12. Pergunta: Já observou, durante as incursões, se os criminosos tinham técnicas apuradas de combate?.....	25
Figura 13. Pergunta: Já se deparou com conduta coletiva no interior das comunidades regradas pelo tráfico de drogas, como por exemplo: fechamento de comércio, recusa de estabelecimentos comerciais em atender policiais, recusa de fornecimento de informações pelos moradores locais etc.?.....	26
Figura 14. Pergunta: A forte influência territorial dos traficantes se dá mais por: medo, assistencialismo, simpatia/afinidade ou negligência estatal?.....	27
Figura 15. Pergunta: Teve contato com qualquer tipo de ameaça de traficantes contra moradores locais?.....	27
Figura 16. Pergunta: Já teve contato ou conhecimento da difusão de ameaças ou demonstrações de força de criminosos por redes sociais direcionados à policiais ou grupos rivais?.....	28
Figura 17. Gráfico de Vitimização policial no período de 1998 a 2019.....	30
Figura 18. Gráfico de Apreensão de armas de fogo no Estado do Rio de Janeiro no período de 2007 a 2019.....	51

Introdução

A criminalidade do tráfico de drogas no Rio de Janeiro é um grave problema social que acomete não somente a cidade, mas todo território nacional. Sendo dificultoso datar seu início, em função da fluidez e de não se tratar de fato estático. Contudo é importante destacar um crescimento potencial desta atividade criminosa na década de 80, com a chegada e comercialização da cocaína.

O sociólogo Michel Misse destaca aquilo que ele chama de 'acumulação social da violência' é um processo que não se relaciona apenas com o banditismo, mas também com a atuação da polícia e da imprensa, com a sociedade como um todo. De acordo com esse processo, a violência de hoje é apoiada em um determinado patamar de violência do passado – e a violência do futuro será apoiada no patamar atual, em uma lógica acumulativa. (Veríssimo, 2009, p. 214. Em Pires, L., & Eilbaum, L, 2009).

Para melhor compreender este cenário, insta destacar que a cidade apresenta inúmeras peculiaridades territoriais. Com seu tecido urbano bastante heterogêneo, em função da geomorfologia espacial, com morros íngremes e desordenamento de ruas e vielas, somada ao abismo econômico-social, é possível constatar uma distribuição populacional desigual. Sendo assim, há espaços, historicamente marginalizados, que vieram se transformando também, com o passar dos anos, em espaços criminalizados. Propriamente tidos como favelas e/ou comunidades carentes. Isto significa dizer, que para além de estarem às margens da sociedade, ao que se refere ao aporte de recursos financeiros e políticas públicas consistentes, há presença de traficantes de drogas, embora não somente. Nesses espaços favelados, em geral, há uma convivência de residentes não criminosos e de criminosos.

Existem características que apontam para o espaço favelado como redutos fortificados para melhor atuação e proteção dos traficantes de drogas. Isso ocorre por serem espaços, naturalmente, de difícil acesso das forças policiais, assim como de terem barreiras colocadas pelos criminosos para dificultar ainda mais as ações do Estado.

E ainda sobre esse aspecto, Campos (2010) busca compreender essa construção espacial e social a partir dos Quilombos - redutos de escravos fugidos do cativeiro e também de índios, espaços estes que possuíam organização própria- apontando para a ocorrência de transmutação desses espaços, especificamente, resultando no que atualmente percebemos por favelas.

Diante de toda complexidade que circunda a segurança pública, há uma necessidade preponderante de constante combate às organizações criminosas, neste caso, do tráfico de drogas, que em virtude de aumento significativo de poderio bélico tem apresentado elevada ameaça não apenas à sociedade civil e às forças do Estado, especificamente aos policiais militares, mas também à segurança interna. Estando estes policiais militares estaduais mais expostos em virtude de sua missão precípua de polícia ostensiva e preservação da ordem pública, com atuação diária e incessante por todo e qualquer terreno, sob influência ou não de facções criminosas.

Para além disso, ressalta-se o elevado poderio bélico, hoje em posse de criminosos divididos por diversas facções atuantes na cidade do Rio de Janeiro. Somando-se a isso, variedade de condutas perversas adotadas por estes traficantes de drogas quando em suas ações criminosas com finalidades múltiplas. Evidentemente, não há uma expectativa do Estado de conduta não-violenta por parte de marginais da lei; contudo o *modus operandi* da execução da prática criminosa veio se modificando e adquirindo maiores similaridades com grupos extremistas. Esse criminoso, especificamente, transita ora dentro de um suposto perfil criminoso social e defensor das favelas, ora dentro de perfil autoritário em que seu poder é soberano e suas leis são próprias, alheias à Constituição Federal do Brasil e demais legislações vigentes.

Com isso, é perceptível um real comprometimento securitário na cidade, afetando direitos fundamentais dos cidadãos, garantidos por lei, como o de ir e vir, por exemplo. Salienta-se também, que tal domínio se faz pelo uso da força e pelo medo daqueles que residem no mesmo espaço e não fazem parte da criminalidade.

Desta forma, o perfil criminoso do traficante de drogas na cidade do Rio de Janeiro, objeto deste presente estudo, traz características preocupantes que extrapolam o crime pelo crime. Consequentemente, indo além, para estabelecimento de dominação e disputa territorial; implantação de leis próprias nos territórios em que estão presentes; crescente poderio bélico; aumento de aparato complementar, como carros, motos, equipamentos de proteção individual etc.; enfrentamento, identificação e execução de policiais militares, em serviço ou de folga, dentre outros.

Por fim, este trabalho buscou considerar a transitoriedade temporal, territorial e social do Rio de Janeiro associada ao *modus operandi* criminoso e sua constante mudança paradigmática, que resulta em determinados aspectos, atualmente, em ações similares às ações

terroristas. Embora diferentes em suas respectivas gêneses, são criminalidades que demandam total atenção do Estado em virtude de caráter bélico, capitalista, globalizado e assimétrico que expõem sobremaneira as vulnerabilidades de segurança interna estatal, assim como as forças policiais militares e os cidadãos. Apontando, assim, para uma necessidade de maior integração das forças de segurança e demais órgãos de justiça para um enfrentamento proporcionalmente combatido diante da realidade enfrentada.

Capítulo 1 – Panorama da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro

1- Enquadramento

Inicialmente, faz-se necessário destacar a peculiaridade do processo de construção social e espacial de uma cidade, ambos acontecem de maneira simultânea embora essencialmente distintos.

Ao se pensar no conceito de espaço, Santos (1978, p.122) afirma “o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”.

Na cidade do Rio de Janeiro existem aspectos bem marcados dessa evolução urbana em virtude do histórico de desigualdade econômico/social. Desigualdade esta, muitas vezes traduzida na estruturação do espaço urbano propriamente dito, mais especificamente no surgimento das ocupações desordenadas em morros.

Historicamente, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, as favelas, assim como os cortiços, surgiram no cenário urbano carioca para suprir o hiato formado pelo déficit habitacional, abrigando, inicialmente, em sua grande maioria, uma massa de pobres que procuravam habitar próximo aos locais onde era oferecido trabalho, principalmente para aqueles que não detinham qualificação profissional. (Campos, 2010, p.20)

Com o passar do tempo, o perfil favelado foi sofrendo alterações, uma vez que a criminalidade foi ocupando esses espaços em função de estruturalmente apresentarem dificuldades físicas às ações do Estado, assim como por ausência total ou parcial deste. Passa-se, com isso, a estarem presentes no mesmo espaço cidadãos comuns e criminosos.

A ausência/omissão estatal acaba por corroborar para um desenvolvimento exponencial da criminalidade organizada nesses espaços, que para além de terem seus redutos estruturados, acabam por se fortalecerem sob aspectos bélicos e financeiros.

A criminalidade organizada de tráfico de drogas no Rio de Janeiro é uma realidade que compreende diversos componentes, tais como: social, econômico, político e de segurança pública. É inegável sua heterogeneidade desde organizacional até operacional. Isto é, tem em seu cenário urbano composição de diversos grupos criminosos, rivais entre si, que estão territorialmente espalhados, apesar de terem terreno fértil, reduto e atuação mais consolidada no interior das comunidades carentes ou favelas. E ainda, embora estas facções estejam situadas

nesses espaços, suas ações criminosas se desenvolvem, em aspectos específicos, essencialmente fora desses territórios; como por exemplo para prática de roubo, furto, sequestro etc. Esses grupos criminosos possuem variadas origens e ideologias que, via de regra, vigoram no território dominado e também variam de acordo com a facção criminosa, com o chefe da organização e com o tipo de negócio criminoso administrado.

Para Silva (1999) a criminalidade violenta no Brasil se irradia a partir de um núcleo básico composto pelos seguintes elementos: ameaça à integridade física e à propriedade privada, tendo relação com o crescimento do crime comum e o do tráfico de drogas. Sendo este último responsável pela crescente organização da criminalidade urbana.

Embora esta dissociação do crime comum e do tráfico de drogas seja controversa, uma vez que historicamente ambos estão associados; um aspecto relevante que se faz notar se refere à criminalidade e à sua natureza violenta de ataque direto à integridade física dos cidadãos e à propriedade privada. Corroborando sobremaneira para a difusão do medo, através da sensação de insegurança, seja real – fundamentada em dados estatísticos - seja subjetiva – baseada em aspectos subjetivos que culminam na insegurança.

Conforme Veríssimo (2009), destaca sobre a conduta criminosa, para ele a tipificação desta conduta apresentou significativas mudanças ao longo dos anos e dentro do espaço geográfico no qual está inserido, ou seja, dentro de especificidades espaciais e temporais; uma vez que, a conduta considerada criminosa em determinado lugar pode não ser considerada noutro e ainda não ser considerada nele próprio num outro tempo.

Notadamente, esse *modus operandi* criminoso veio sofrendo alterações com o tempo, ganhando um aumento exponencial no seu caráter violento, com objetivo de obter visibilidade também, mas não somente. Dentre as características existentes atualmente, nota-se que existem alguns pontos importantes a serem analisados, considerando como referencial de análise o *modus operandi* terrorista de maneira ampla.

Paralelamente ao exposto, o Terrorismo, por sua vez, também é uma ameaça que, embora não seja recente, está sempre presente na sociedade atual. Sendo as atividades terroristas desestabilizadoras em sua essência, no sentido de ataque direto às soberanias estatais e à segurança dos cidadãos. Sempre se utilizando historicamente de diferentes *modus operandi*, a não padronização de suas ações é um fator dificultador ao seu combate. Sendo assim, figura mundialmente a preocupação em se reduzir cada vez mais as vulnerabilidades nacionais

e internacionais que possam vir a diminuir, conseqüentemente, a esfera de atuação desses agentes e organizações criminosas.

Contrapondo a criminalidade do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro com o terrorismo em escala global, partindo da análise de suas ações para investigar suas aproximações e distanciamentos, esta discussão se faz fundamentalmente relevante em contexto amplo, assim como específico. Pois ao mesmo tempo que ambas atividades criminosas se utilizam das vulnerabilidades estatais para obterem campo fértil para suas ações, apresentam diferenças primárias e essenciais bastante relevantes, no que se refere às ideologias, organizações espaciais e financeiras etc. É justamente à luz dessas diferenças e similaridades que se busca compreender neste estudo de que maneira a evolução do *modus operandi* da criminalidade organizada de tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro se aproxima e se distancia do terrorismo, propriamente dito.

1.1 - Justificativas do tema

Verifica-se crescente escalada de violência vivida no Rio de Janeiro, sendo ela em números absolutos e/ou poderio bélico, que pode ter seu recorte a partir da década de 1980, com a chegada da cocaína e conseqüente crescimento financeiro e logístico das organizações criminosas. E, indubitavelmente, é nos espaços favelados que essas organizações criminosas vão buscar consolidar seu domínio territorial, impondo suas regras e suas barreiras físicas às forças policiais. Significando um enorme e um dos mais preocupantes desafios ao Estado e às forças de segurança pública.

O Rio de Janeiro, dada a especificidade do espaço urbano – a favela e o tráfico de drogas de varejo –, se configura diferentemente de todas as outras cidades brasileiras. É frequentemente a apropriação do espaço por novos grupos que chegam, atualmente, a fazer papel de gestor do espaço favelado, como se fosse, em alguns casos, propriedade particular. (Campos, 2010, p.20).

Por tanto, é importante que se compreenda nesse processo, a territorialização como um processo desvinculado da propriedade, propriamente dita, todavia, relacionada diretamente com a apropriação do espaço por determinado grupo legitimado ou não pelo Estado.

Por outro lado, é altamente relevante que seja considerado o atual nível de violência praticado pela criminalidade organizada na cidade do Rio de Janeiro, contrapondo com uma outra forma de organização criminosa, que também tem como um dos pilares de sustentação o uso da violência para difusão do medo e manutenção do poder: o terrorismo.

Embora as ameaças terroristas não sejam ameaças recentes, e o terrorismo seja amplamente conhecido, não há unidade quanto ao seu conceito propriamente dito. Fato este que expõe a fragilidade e dificuldade das agências internacionais e dos Estados soberanos em se chegar a um entendimento. Com isso, há inúmeras definições e também formas de enfrentamento.

O terrorismo assenta, pois, no recurso sistemático à violência como forma de intimidação da comunidade no seu todo. No entanto, a prática do ‘terror’ pode visar finalidades políticas muito distintas: a subversão do sistema político (como sucedeu com as *Brigadas Vermelhas* na Itália ou com o *Baader Meinhof* na Alemanha), a destruição de movimentos cívicos ou democráticos (como sucedeu com a *Aliança Anticomunista* da Argentina e, em certa medida, com os *Esquadrões da Morte* brasileiros), o separatismo (como sucede com a *ETA*) ou a afirmação de convicções religiosas (como sucede com alguns movimentos fundamentalistas). (Bobbio, N., 1986, in Sutti, Paulo e Ricardo, Sílvia, 2003, p.6)

Já sob ótica do governo brasileiro, que também não conceitua terrorismo, há previsão legal sobre os atos que definem a prática do terrorismo, tal como se segue:

O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo, pessoa, patrimônio, a paz pública ou incolumidade pública. (Lei nº 13.260/2016, art 2º).

Diante dessa contraposição da criminalidade organizada de tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro com o terrorismo, existem possíveis similaridades que demandam maior aprofundamento investigativo. Investigação esta que não pode, sob nenhuma hipótese, ocorrer dissociada de se considerar também a composição de outros aspectos criminosos, e não apenas de um único.

1.2 - Crescimento urbano e a construção do espaço favelado

Para Santos (2005) o processo de urbanização no Brasil se tornou generalizado com explosão demográfica e terceirização a partir do terceiro terço do século XX. Com isso, até mesmo a própria residência dos trabalhadores agrícolas passa a ser cada vez mais urbana. Para ele, há uma evidente associação da pobreza com o processo brasileiro de urbanização, apontando para cidade como lugar de conflitos e de possibilidades de solução.

O nível da urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população, são realidade a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos. (Santos, 2005, p. 11)

Corroborando para o exposto, destaca-se o decisivo papel das sucessivas fases do processo de industrialização, pós Revolução Industrial, em todo mundo e também para a cidade do Rio de Janeiro. Potencializando, com isso, uma tendência de concentração populacional nos grandes centros urbanos, que passam a oferecer maiores e melhores possibilidades de trabalho, ainda que nem sempre isso fosse uma realidade, propriamente dita. Todavia, inegavelmente, os grandes centros urbanos passaram a concentrar recursos e a exercer centralidade sob diversos aspectos, principalmente econômico e populacional.

Paralela e simultaneamente a toda essa complexidade, há crescimento expressivo de áreas habitacionais mais precárias, que tem marcadamente a ocupação irregular do espaço, assim como construções com fundações inseguras. Por regra, esse tipo de ocupação se deu em grande parte em localidades acidentadas de morros e desabitadas, configurando-se, inicialmente, dessa maneira, o espaço favelado, comunidade carente ou aglomerado subnormal.

Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros. Enquanto referência básica para o conhecimento da condição de vida da população brasileira em todos os municípios e nos recortes territoriais intramunicipais – distritos, subdistritos, bairros e localidades –, o Censo Demográfico

aprimora a identificação dos aglomerados subnormais. Assim, permite mapear a sua distribuição no País e nas cidades e identificar como se caracterizam os serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica nestas áreas, oferecendo à sociedade um quadro nacional atualizado sobre esta parte das cidades que demandam políticas públicas especiais. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019).

Para Campos (2010), existem três versões para o surgimento da primeira favela. A primeira versão data da década de 1870, que diante da crise habitacional vivida na cidade do Rio de Janeiro, a população pobre, majoritariamente negra, procurava cortiços e casas de cômodo próximos à área central da cidade em virtude das melhores oportunidades de emprego estarem centralizadas nesse polo. Soma-se a esse cenário, a desterritorialização vivida pelos combatentes, muitos eram escravos que foram combater com a promessa de serem alforriados ao regresso, que retornaram da Guerra do Paraguai (1865 – 1870), não tinham mais para onde voltar e o foi estabelecida como solução provisória o acampamento nas proximidades do Ministério da Guerra, a ocupação dos cortiços e das encostas nas áreas centrais. Sendo, sob esta perspectiva, o surgimento da favela a conjugação de fatos isolados e não um processo, tais como a destruição dos cortiços e o regresso dos combatentes da Guerra do Paraguai.

A segunda versão data de 1827 associa a ocupação acelerada das freguesias suburbanas atravessadas pela Estrada de Ferro D. Pedro II, segundo Abreu (1988), que fez parte da modernização dos transportes e propiciou a dispersão da classe pobre para os subúrbios. E com essa aceleração houve a proliferação de loteamentos nas encostas dos morros, no final do século XIX, e posterior ocupação pelos pobres. Neste caso, a ocupação da favela também é apontada como ação pontuada no território e não resultado de um processo.

Já a terceira versão que data de 1894 aponta a ação do Estado que visava descongestionar a área central da cidade destruindo moradia e consequentemente afastando moradores. Diante dessa crise habitacional retratada e da necessidade de a população pobre morar no centro por questões de melhores oportunidades de emprego, essas sucessivas destruições ocasionaram um deslocamento desse segmento social para as encostas e em 1897 também se somaram a esses grupos os soldados egressos da campanha de Canudos.

Por fim, salienta-se ainda que “os estigmas vividos hoje pela população favelada são anteriores a existência da própria favela”. Campos. (2010) p. 62. O autor aponta ainda o fator preponderante para essas formações originárias nos quilombos, apresentando características

transmutadas. Assim como, a descontextualização do seu surgimento no cenário urbano, diante do processo social, de maneira a ser resultado de fatos pontuais e delimitados espacial e temporalmente.

1.3 – A Criminalização da favela

É importante que se volte um pouco mais nesse recorte temporal para entender que esse olhar do poder público sobre os espaços carentes é histórico e anterior até a formação das favelas. A exemplo disso, o Período Imperial no Brasil que foi de 1821 a 1889, teve como um dos focos a retirada da população pobre do centro da cidade do Rio de Janeiro para que a Corte Portuguesa pudesse ocupar esses espaços privilegiados, uma vez que concentravam toda dinâmica da cidade e também as melhores infraestruturas. Com isso, aconteceram diversas políticas institucionalizadas, travestidas de alegações higienistas e de ordem pública, que segundo o poder público serviram de combate à criminalidade e à insalubridade de espaço de moradias populares, tais como os cortiços, que eram espaços coletivos de moradias, situados na região central da cidade.

Em função dessa lógica, aconteceram diversas políticas de reforma urbana que puseram em prática a ideologia da Corte. Dentre elas, a política nomeada de bota abaixo, que foi realizada pelo Prefeito Pereira Passos com alegação de destruir espaços insalubres, cortiços, para que houvesse uma modernização da cidade. Simultaneamente a isso, foi instituída a vacinação obrigatória da população carente, tendo Oswaldo Cruz sido uma das principais figuras desse momento, fato que trouxe grande desconfiança por parte dessa parcela da população carioca e originou a Revolta da Vacina.

Sendo claro, portanto, que toda essa população retirada de suas moradias pelo uso da força e sem quaisquer reparações financeiras do Estado, deslocou-se para espaços próximos e precários que pudessem estar geograficamente localizados ainda na região central da cidade, e também para os subúrbios, atendidos pela Ferrovia Central do Brasil.

Para Abreu (2013), o período de maior proliferação das favelas no Rio de Janeiro ocorreu na década de 1940. Tal afirmação do autor é fundamentada no Censo de 1948 que revelou a existência de 105 favelas, totalizando 138.837 habitantes, majoritariamente residentes de favelas na área suburbana, área esta que também concentrava maioria das favelas. No período compreendido de 1930 a 1950 houve aumento populacional das áreas periféricas

da cidade em função de obras que incluíram saneamento, eletrificação da estação de trens da Central do Brasil, tarifa ferroviária única e abertura da rodovia Avenida Brasil, uma das principais da cidade.

Campos (2010) considera que historicamente, a relação entre favela e Estado foi construída como caso de polícia e não como uma questão social. Tendo sido percebida essa fragilidade como um aspecto facilitador para ação de atores com objetivo de controlar esses espaços.

Por isso, dada a complexidade histórica do cenário urbano da cidade do Rio de Janeiro é necessário que sejam observados seus múltiplos aspectos sob, também, múltiplas óticas. Para que, dessa forma, seja possível compreender com uma maior riqueza e profundidade as questões que envolvem a formação do espaço urbano carioca. Compreendendo que, qualquer discurso simplista e não cuidadoso pode trazer à tona preconceitos e radicalismos, amplamente utilizados pela ideologia de extrema direita. Destacando-se, então, que embora esses espaços favelados tenham surgido como uma necessidade social de moradia das populações carentes, negligenciadas pelo Estado, eles também abrigaram, como acontece até os dias de hoje, criminosos que se utilizam dessas estruturas e localidades para impor suas regras e se esconderem do poder do Estado.

Capítulo 2 – Método

2 - Objetivos

2.1 - Objetivos geral e específico

O objetivo geral consiste em considerar a transitoriedade histórica nos cenários geográfico e territorial da cidade do Rio de Janeiro para compreender a evolução da dinâmica espacial e social criminosa do tráfico de drogas varejo com seus múltiplos paradigmas, comparando seu atual *modus operandi* com o *modus operandi* terrorista.

Os objetivos específicos são os que seguem: descrever a evolução do crime organizado do tráfico de drogas varejo na cidade do Rio de Janeiro, a partir da constituição da favela enquanto território; analisar as práticas destes grupos criminosos; examinar o *modus operandi* terrorista, partindo da abordagem geral para identificação de características específicas; comparar a atuação dos dois grupos em questão, ressaltando suas características divergentes e convergentes; e, demonstrar, através de estudo bibliográfico, revisão literária e aplicação de

questionário, que a evolução do *modus operandi* do crime organizado do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro se aproxima, em determinados aspectos, de atos de terrorismo.

2.2 - Definição do problema e pergunta de investigação

Considerando todo esse cenário complexo diante da evolução do *modus operandi* do crime organizado de tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro, o foco da pesquisa é investigar aspectos similares às características presentes no *modus operandi* de grupos terroristas. Partindo, para isso, de uma contextualização histórico-geográfica de análise desses espaços criminalizados, sua expansão, consolidação e variados impactos na sociedade atual.

Para isso, a pergunta de investigação é: há aproximação do atual *modus operandi* da criminalidade organizada do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro com o terrorismo?

2.3 - Descrição do método

2.3.1 - Método

O método utilizado foi de estudo bibliográfico e revisão literária sobre os principais temas intrínsecos às atividades de criminalidades organizadas do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro e de terrorismo, de forma geral, no cenário mundial. Tendo ainda sido aplicado questionário sobre a percepção dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro em atividade sobre a violência.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, é importante que se compreenda sua relevância dentro de contextos sociais, e deste em específico para que se possa interpretar um fenômeno social e buscar o diagnóstico.

Refere-se ao ser desse modo de abordar a constituição de conhecimentos sobre assuntos sociais e educacionais. Para oferecer uma resposta possível (e não a resposta), deve-se levar em consideração que com a expressão Pesquisa Qualitativa se faz referência a uma ampla gama de perspectivas, modalidades, abordagens, metodologias, desenhos e técnicas utilizadas no planejamento, condução e avaliação de estudos, indagações ou investigações interessadas em descrever, interpretar, compreender, entender ou superar situações sociais ou educacionais consideradas problemáticas pelos atores

sociais que são seus protagonistas ou que, por alguma razão, eles têm interesse em abordar tais situações num sentido investigativo. JACOB, 1987; JORDAN, 2018 (como citado em González, 2020, p.156).

Foi feita análise do cenário urbano carioca, desde a formação das favelas e seu desenvolvimento até os dias atuais, para que se pudesse compreender se há ou não uma aproximação das duas modalidades criminosas, e se sim, de que maneira ela acontece, quais as aproximações e distanciamentos. Podendo, a partir disso, apontar um diagnóstico. Por isso, foi necessário descrever e compreender fenômenos para, posteriormente, explicá-los.

2.3.2 - *Corpus*

Para análise do problema central da investigação e formação do *corpus*, foram pesquisadas bases de dados Scielo e Google Acadêmico com as palavras-chave: “crime organizado no Rio de Janeiro e terrorismo”; “Crime organizado do tráfico de drogas no Rio de Janeiro”; “Terrorismo”; “Terrorismo no Rio de Janeiro”; “*Modus operandi* crime organizado”; “*Modus operandi* terrorista”, bem como revistas científicas policiais (Revista Brasileira de Ciências Policiais), publicações do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, publicações do Instituto de Defesa Nacional, relatórios de organismos governamentais e internacionais, tais como os elaborados pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro e pelo Global Terrorism Index, relatórios das Organizações das Nações Unidas, livros e matérias jornalísticas pertinentes aos principais pilares desta investigação: crime organizado do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro, Terrorismo, Segurança Pública, Favelas.

Foram realizadas investigações através de artigos e livros citados nas referências bibliográficas com teor voltado às questões securitárias, históricas e geográficas da cidade do Rio de Janeiro. Para uma melhor compreensão da subjetividade criminosa, também foram analisados materiais contidos em documentários e vídeos, não oficiais, de domínio público online dentro dos contextos já explícitos, que retratam o comportamento e a conduta criminosa.

Foi feito estudo geral e comparativo das legislações vigentes no Brasil sobre terrorismo, tráfico de drogas e criminalidade organizada para melhor enquadramento e compreensão em âmbito legal das duas modalidades criminosas estudadas.

A concepção global de planejamento desta investigação, fundamentou-se em dois momentos. O primeiro consistiu em uma revisão bibliográfica com objetivo de subsidiar um arcabouço teórico consolidado em uma análise histórica, para que se pudesse melhor compreender, então, a complexidade dos fenômenos estudados, assim como apontar para um diagnóstico. E o segundo consistiu em aplicação de questionário qualitativo sobre a percepção policial militar da violência na cidade do Rio de Janeiro, cujo público-alvo foi exclusivamente policiais militares da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em atividade. Estabeleceu-se, desta maneira, relação complementar da presente investigação.

No caso da investigação qualitativa, os questionários têm um lugar de complementaridade em relação às técnicas de aprofundamento compreensivo e dialético. Pois, enquanto na abordagem qualitativa, o foco é no entendimento da intensidade vivencial dos fatos e das relações humanas, os estudos quantitativos se dedicam a conhecer e a explicar a magnitude de tais fenômenos. As duas dimensões são importantes, particularmente quando combinadas. (Minayo e Costa, 2018, p.143).

A finalidade foi de, a partir do aprofundamento desta investigação, verificar a existência de possíveis similaridades entre o *modus operandi* do crime organizado de tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro com o terrorismo. Tendo sido definidas as populações-alvo de interesse comum nesta investigação as forças policiais, policiais militares, militares federais e as de segurança, de forma geral, assim como a comunidade científica.

Por isso, a presente investigação teve enfoque no método qualitativo. Sendo o pilar do estudo abordagem indutiva, isto é, partindo do plano empírico para o teórico, de maneira a diagnosticar desordem social de segurança pública assim como interpretar as dinâmicas e as relações presentes na cidade do Rio de Janeiro. Para que se pudesse, finalmente, responder à pergunta de investigação científica.

2.4. Resultados Possíveis

Foram elencados, *a priori*, os seguintes resultados possíveis a serem obtidos em decorrência deste trabalho para que se conseguisse responder à pergunta de investigação: constatação que, de fato, há uma aproximação real do *modus operandi* da criminalidade organizada do tráfico de drogas do Rio de Janeiro com a do terrorismo, de maneira geral,

podendo apresentar uma ou mais características, concomitantemente, de diversos grupos em específico; necessidade de alteração do enquadramento legal brasileiro para determinadas ações criminosas; necessidade urgente de aprimoramento e inovação das práticas de Segurança Pública, com objetivo de obtenção de maior eficiência/eficácia, aumentando a sensação de segurança e garantindo a segurança real dos cidadãos; apontar para uma latente importância de mudança estratégica institucional norteadora de nova demanda de prevenção e combate ao crime organizado; e, percepção de que o *modus operandi* criminoso do tráfico de drogas pode ser constituído não apenas por características terroristas, mas também por de outros grupos, sendo desta maneira misto e heterogêneo, sem padrão único dominante, podendo apresentar múltiplas facetas.

Capítulo 3 – Apresentação e discussão dos resultados

3 – Questionário: justificativa e fundamentação

O questionário teve como objetivo mensurar a percepção policial da violência do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. Para que, além da fundamentação teórica, pudesse haver uma nova perspectiva empírica sobre esse fenômeno criminoso. Pois esses agentes de segurança pública são os responsáveis pela preservação da ordem pública e também da repressão da criminalidade, estando no terreno diária e ininterruptamente.

É evidente que existe a importância de complementariedade das esferas teórica e prática. E, em se tratando deste assunto com levado grau de periculosidade, ninguém mais apropriado e com maior conhecimento prático do que o policial militar, que é agente atuante inserido diretamente na realidade das comunidades carentes e/ou favelas. É esse agente público que vai lidar e combater diretamente os criminosos no cenário carioca de imensurável complexidade.

Por isso que a análise de conteúdo é de suma relevância para melhor compreender os resultados obtidos com o questionário aplicado e, com isso, complementar a teoria de toda a evolução social investigada.

A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos. O caminho percorrido pela análise de conteúdo, ao longo dos anos,

perpassa diversas fontes de dados, como: notícias de jornais, discursos políticos, cartas, anúncios publicitários, relatórios oficiais, entrevistas, vídeos, filmes, fotografias, revistas, relatos autobiográficos, entre outros. (Silva e Fossá, 2015, p.2).

3.1 – Resultados

Os resultados obtidos são de grande valia, uma vez que permitem traduzir, para além dos dados concretos e ou objetivos, as visões e experiências dos policiais militares provenientes da atividade operacional ou atividade fim, que acabam por não entrar nas estatísticas objetivas dos índices criminais. Isso ocorre por motivo de haver impossibilidade em enumerar e quantificar cada detalhe observado para transformar em estatística; uma vez que, em ambientes conflagrados onde a vida do policial e dos cidadãos está em risco eminente, existem demandas mais urgentes, que impossibilitam o detalhamento minucioso.

Devido a este fato, a interpretação das respostas oriundas de cada uma das perguntas feitas em questionário é essencial para enriquecimento do estudo.

Apesar do processo de toda a investigação qualitativa, envolver de forma permanente uma atitude interpretativa do fenómeno por parte do investigador, denominamos esta fase como de interpretação, pois consiste em escrever os resultados da investigação. Podemos afirmar que, nesta fase, o investigador extrai o conteúdo emergente das entrevistas e o transforma em conhecimento científico. (Resende, 2016, p. 55).

O questionário foi de ordem qualitativa e aplicado através da plataforma *Google Forms*. O público-alvo foi exclusivamente de policiais militares do Estado do Rio de Janeiro em atividade, desde Soldados até Coronéis, postos/graduações mais baixa e mais alta dentro da hierarquia da corporação, respectivamente. Com um total de 425 policiais militares que responderam as 16 perguntas, representando quase 1% da tropa, foram obtidos os seguintes resultados a baixo, para cada uma das perguntas propostas.

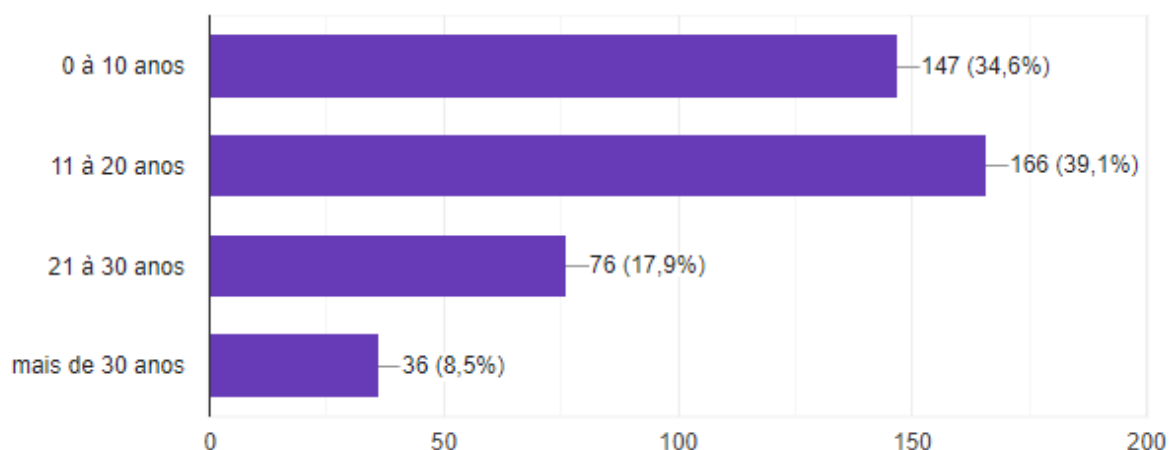


Figura 1. Há quantos anos é policial militar?

Na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, obrigatoriamente, o serviço a ser cumprido é de 30 anos, sendo o policial transferido, posteriormente, para a reserva remunerada. Todavia, há alguns casos em que ele permanece ainda em atividade, após esse período. Por isso, foi inserida a opção de resposta: mais de 30 anos.

Neste primeiro ponto, observa-se que a maioria da amostra se encontra nos 2 primeiros terços da carreira, totalizando de 0 a 20 anos 73,7%, contra 26,4%. Por praxe, é no início da carreira em que o policial se encontra mais inserido na atividade fim, ou seja, numa atividade mais ostensiva de policiamento, tendo contato mais direto com as ações e reflexos da criminalidade.

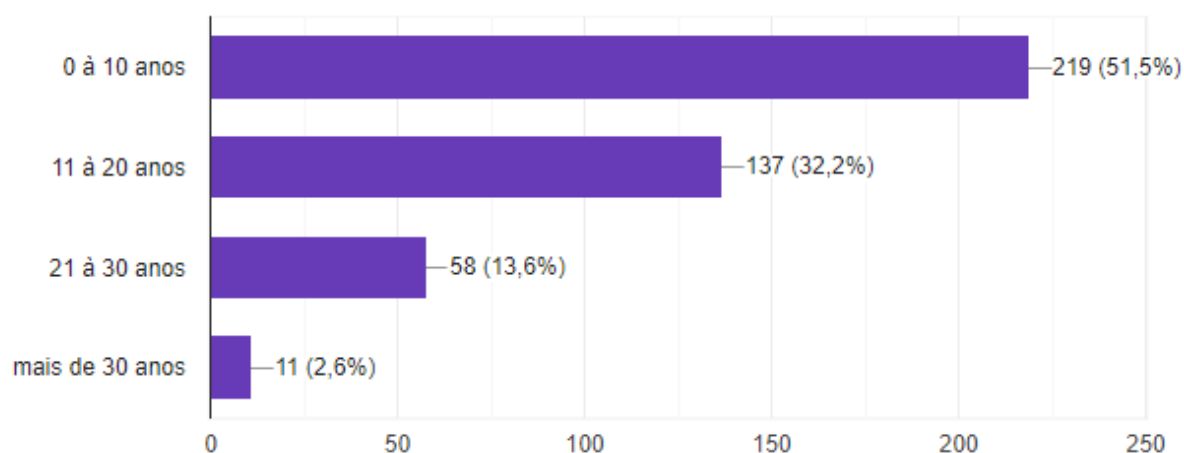


Figura 2. Por quantos anos esteve (ou está) na atividade fim, seja em batalhão operacional ou em especializado?

Conforme dito, a atividade fim se destina a natureza mais operacional do serviço, em que o policial estará trabalhando nas ruas. E para esta questão, a maior parcela da amostragem se encontra ou já esteve nesta atividade também no período compreendido de 0 a 20 anos.

Ao que se refere aos batalhões, a natureza do serviço é bastante variada. São nos batalhões operacionais, ou de área, e nos especializados em que a essência do serviço policial operacional se desenvolve. Por isso, a necessidade de se elucidar o período em que os policiais estiveram trabalhando nessas unidades.

Ao se estipular o período dessa experiência, pressupõe-se a essência do tipo de serviço desempenhado pelo policial durante a sua carreira até o momento de resposta deste questionário. E, conseqüentemente, ter, dessa forma, perfil de profissional com conhecimento e prática necessários para trazer resultados mais próximos da realidade criminosa do tráfico de drogas, não só nas ruas, mas principalmente dentro das favelas.

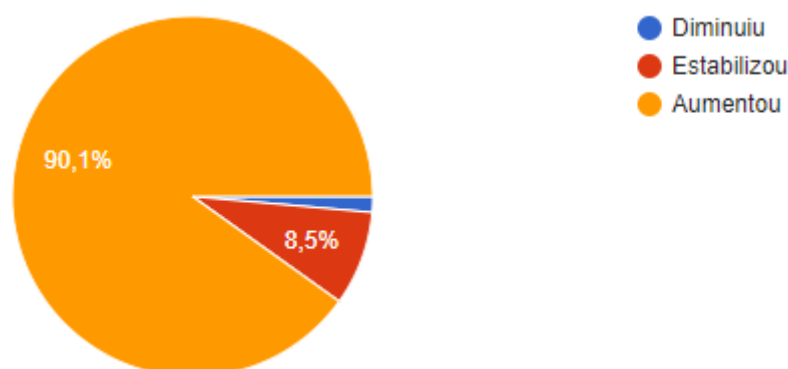


Figura 3. Desde o ingresso na corporação, qual a sua percepção sobre o emprego da violência das facções criminosas?

Embora as prisões e apreensões gerem dados estatísticos concretos, existem ocorrências policiais em que não há possibilidade de se mensurar. Há inúmeras incursões no interior de territórios com forte presença de traficantes de drogas em que ocorrem confrontos com a força policial, porém não se consegue atingir os objetivos de se prender criminosos, apreender drogas e armas, e/ou recuperar veículos ou produtos roubados. É, portanto, este, um

dos principais aspectos em que se justifica e se faz absolutamente necessário coletar as informações oriundas desses profissionais. Pois, são eles que vivem essa realidade e se deparam com os criminosos diretamente e com todo aparato bélico por eles usado. Não podendo, em razão disso, refutar os aspectos subjetivos da atuação e visão policial militar.

Sobre, então, essa percepção policial da violência empregada por facções criminosas do tráfico de drogas, 90,1% julgam ter aumentado contra apenas 1,4% que afirmaram ter diminuído. Um outro aspecto relevante a se destacar é que não necessariamente os dados estatísticos, sobre aumento ou diminuição da criminalidade ou violência, vão acompanhar a percepção policial. Justamente, pelo caráter subjetivo dessa percepção, que está amparada pela vivência, que não obrigatoriamente será possível concretizar em dados.

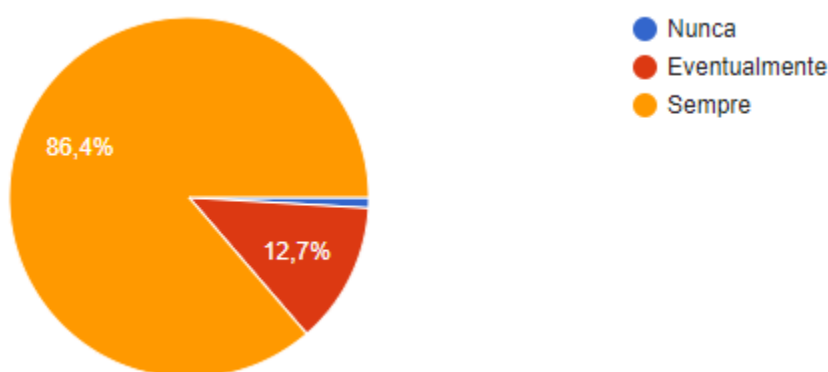


Figura 4. Durante incursões em comunidades com presença do tráfico de drogas, com que frequência se deparou com instrumentos de contraguerrilha (barricadas, trincheiras, seteiras), que foram colocadas para dificultar acesso das forças de segurança pública?

Ratificando a importância dessa percepção policial, a verificação desses instrumentos de contraguerrilha utilizados por traficantes de drogas, sendo possível sua destruição ou não, não entram para nenhuma estatística. Isto significa dizer, que após as incursões não é possível quantificar essas estruturas. Contudo, elas estão tão presentes nas comunidades que há, atualmente, no Comando de Operações Especiais, um Núcleo de Apoio Operacional Especial de viaturas pesadas e especiais, que além de veículos blindados contam com retroescavadeiras, para que haja o devido suporte aos policiais que estão em operação nesses terrenos que

demandam apoio dessas máquinas para que seja possível adentrar a essas localidades, após a remoção dessas estruturas.

Com isso, não surpreende o fato de 86,4% terem respondido que sempre se depararam com algum tipo de estrutura dessa natureza, quando em incursão nas comunidades com presença do tráfico de drogas. Por outro lado, apenas 4 policiais, que correspondem à 0,9% do total da amostra, afirmaram que nunca se depararam com essas construções. E isso pode estar relacionado há inúmeros fatores, dentre eles: pouca experiência no interior de comunidades e as experiências terem ocorrido em comunidades menores onde não foi verificado tal aparato.

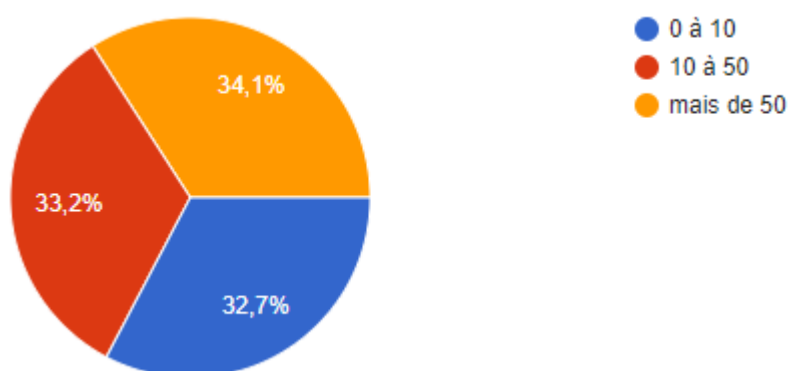


Figura 5. Durante a carreira, quantas vezes entrou em confronto armado?

O confronto armado ocorre quando o policial responde aos disparos de arma de fogo realizados por criminosos contra ele, colocando em risco a vida do policial e dos cidadãos. Sobre isso, a natureza desse confronto não se desenvolve sob um único aspecto ou armamento. Os criminosos podem estar utilizando quaisquer armamentos, desde revólveres à granadas e armamentos capazes de derrubar helicópteros, como já aconteceu no ano de 2016 na comunidade Cidade de Deus, inclusive, momento em que criminosos abateram helicóptero da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e vitimou seus tripulantes.

Ao mesmo tempo em que um único confronto pode levar 5, 10 minutos, ou menos, também pode se estender por muito mais do que isso sob inúmeras especificidades. Isso é importante de se pontuar para elucidar a complexidade desta pergunta, especificamente. Com isso, podendo-se concluir que embora haja um equilíbrio numérico entre as respostas

apresentadas, a quantidade de confrontos relatados pelos policiais não reflete nem a natureza, nem a intensidade deles. Pois ainda que se pudesse estimar o número, o tempo de cada um dos confrontos em que estiveram inseridos, o número de criminosos combatidos e o tipo de armamento empregado contra os policiais, nunca se chegaria a exatidão numérica desse cenário.

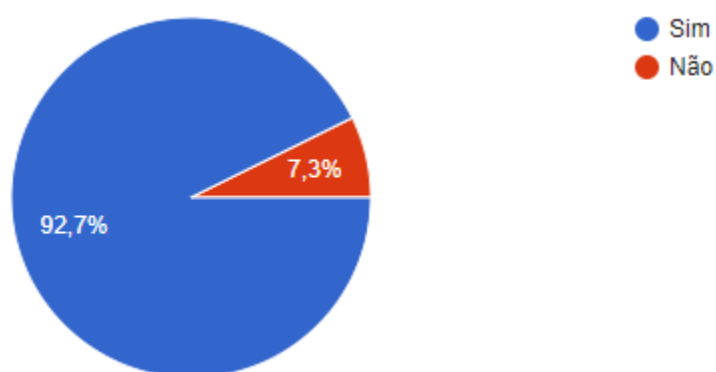


Figura 6. Quando em confronto, durante a carreira, já esteve em condições de inferioridade numérica?

Essa pergunta coloca de maneira clara condição a qual o policial é submetido, quando em serviço. Uma vez que a sua guarnição, ou grupamento, tendo apoio de outras ou não, encontra-se rotineiramente em inferioridade numérica em relação ao número de criminosos enfrentados. Tendo, por isso, 92,7% afirmado ter estado em algum momento, ou em vários, em inferioridade numérica. Ou seja, em clara desvantagem durante o combate. Fato esse que expõe significativamente a vida do policial.

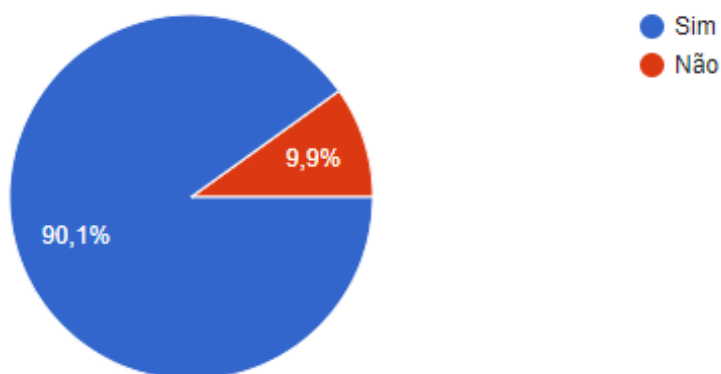


Figura 7. Quando em confronto, durante a carreira, já esteve em condições de inferioridade bélica?

Já quando se trata dos recursos bélicos, embora tenha havido uma queda percentual quanto à resposta da questão anterior sobre a inferioridade numérica, ainda é bastante expressiva a realidade de 90,1% terem afirmado que já estiveram em desvantagem bélica em relação à criminalidade combatida.

Algo que ao mesmo tempo que é alarmante, também pode ser compreender a partir do ponto em que as forças policiais estão regidas pela legislação vigente, usando com isso equipamentos e armamentos previstos e legalizados. Ao contrário da criminalidade organizada que se coloca à margem, evidentemente, de qualquer regramento e faz uso de tudo aquilo que lhe convier e conseguir obter para enfrentamento de quaisquer ameaças, sejam elas provenientes do Estado ou de facções rivais. E, ainda, quando se somam esses dois fatores de inferioridades numérica e bélica num mesmo cenário, conforme verificado nas perguntas 6 e 7, há uma latente possibilidade de insucesso na operação policial, podendo potencialmente haver resultado morte de policial militar.

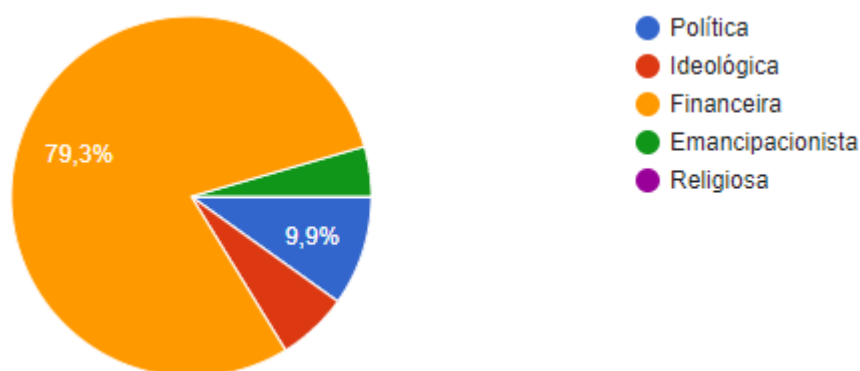


Figura 8. Qual seria a principal motivação dos grupos criminosos de tráfico de drogas, atuantes no Rio de Janeiro?

A motivação é uma das questões fundamentais sobre a natureza da organização criminosa em si. Sendo esse aspecto essencial para compreensão da ameaça enfrentada pelo poder público, uma vez que ela é determinante para se conhecer os objetivos criminosos e condutas adotadas, assim como se buscar a prevenção ideal, ou mais próxima disso possível, para que se consiga evitar a concretização dos atos criminosos, e também o fortalecimento da organização.

Alguns aspectos são importantes de se colocar. O primeiro deles fica evidente que é a principal motivação ou objetivo das facções criminosas do tráfico de drogas que é o enriquecimento, por isso 79,3% afirmaram ser a motivação financeira a principal. Os demais se dividiram, com pequena diferença, entre aspectos políticos, ideológicos e emancipacionistas, totalizando 9,9%, 6,4% e 4,5%, respectivamente. Contudo, insta salientar que nenhum policial afirmou que haveria motivação religiosa. Aspecto este que pode ser um indício de afastamento entre as criminalidades do tráfico de drogas e do terrorismo.

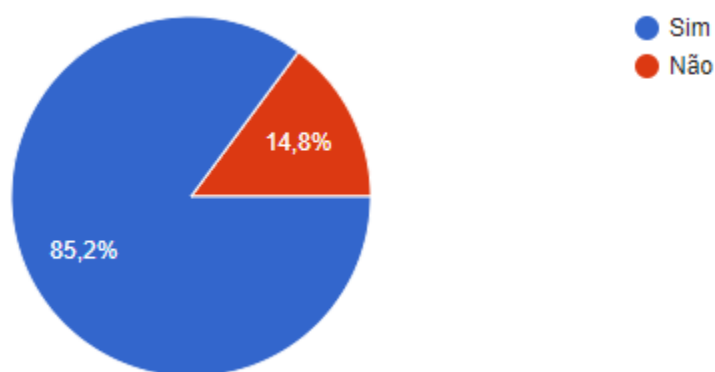


Figura 9. Já apreendeu algum material de controle financeiro do tráfico de drogas?

Materiais de controle financeiro do tráfico de drogas são apreendidos com bastante regularidade. Todavia, sejam muitas vezes bastante rudimentares, manuscritos feitos em cadernos e blocos de notas, eles são essenciais para controle criminoso dos gastos e lucros obtidos, ou seja, para sua autogestão. É justamente em função da elevada necessidade que o traficante tem de controlar a vida financeira da facção que 85,2% afirmaram já terem apreendido algum material de controle financeiro, seja ele qual for.

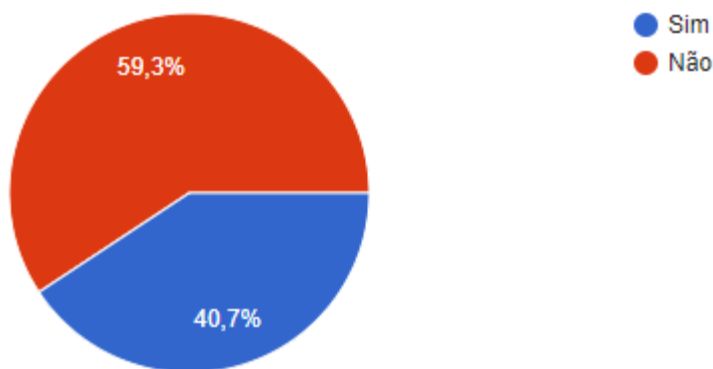


Figura 10. Já apreendeu algum tipo de cartilha de orientação do tráfico de drogas que continha regras ou táticas de conduta de enfrentamento às forças policiais?

Cartilhas simbolizam regras de condutas internas e/ou externas melhor sistematizadas e consolidadas. São amplamente utilizadas por guerrilheiros e por terroristas. Sob essa perspectiva era importante verificar até que ponto o tráfico de droga estava se utilizando desse mesmo recurso, uma vez dada a heterogeneidade da sua prática criminosa, que apresenta características de diferentes grupos criminosos.

Apesar de 59,3% já terem apreendido esse tipo de cartilha e dessa porcentagem ser majoritária, ainda há uma expressiva parcela da amostra que nunca apreendeu o referido material. Com isso, pode-se concluir que não é um recurso tão presente no cerne das facções, ao contrário de material de controle financeiro, por exemplo, conforme resultado obtido presente na pergunta da figura 9.

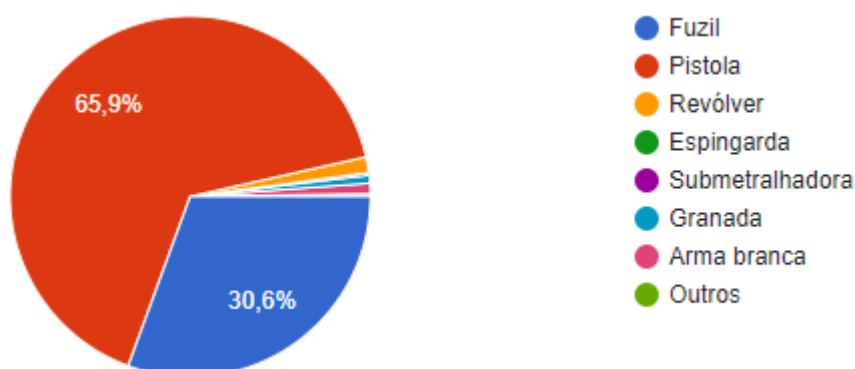


Figura 11. Quais são as armas de fogo mais apreendidas rotineiramente?

Embora deva-se ter o devido cuidado quanto às generalizações, neste caso do uso de armas de fogo ou armas brancas pelos criminosos, há unanimidade da utilização em larga

escala no interior de territórios onde habitam traficantes de drogas. Evidentemente, esse é um aspecto que varia em relação a capacidade financeira de cada grupo, porém, seja em menor ou maior escala, os traficantes do Rio de Janeiro têm uma gama bastante variada de armamento.

Tal ponto argumentativo se fortalece nos percentuais referentes às apreensões de fuzis e pistolas, somando juntos 96,5% das armas mais apreendidas. Seguindo-se a isso, o revólver apresentou 1,4%, arma branca 0,9%, granada 0,7% e submetralhadora 0,2%.

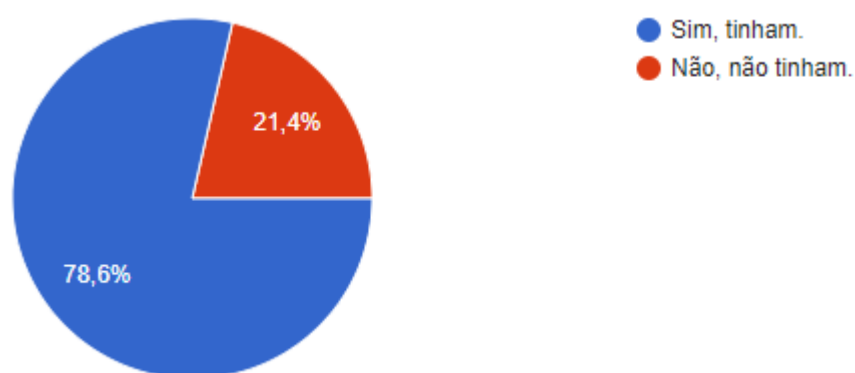


Figura 12. Já observou, durante as incursões, se os criminosos tinham técnicas apuradas de combate?

Essas técnicas apuradas de combate observadas por 78,6% da amostra podem ser bastante variadas. Pode-se considerar neste aspecto: deslocamento e posicionamento adequado no terreno para enfrentamento das forças policiais, técnicas de tiro de precisão, uso de camuflagem, técnicas de infiltração e acampamento na mata, boa manutenção e condição do armamento utilizado, uso de rádios comunicadores, dentre outros.

E sobre isso, muito pode ser dito, para além de treinamento dos criminosos, inclusive, como o fato de haver presença de ex-militares egressos de forças militares federais, por exemplo.

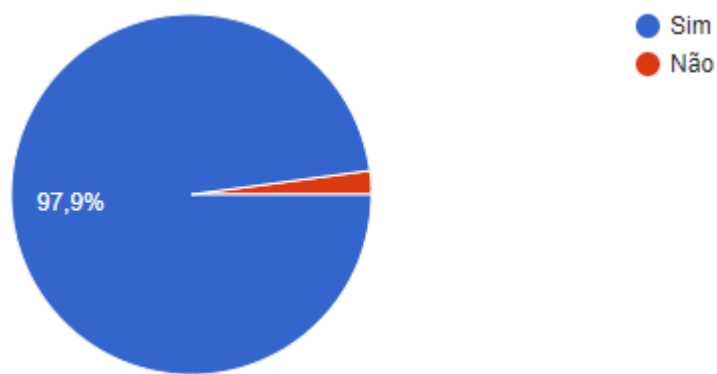


Figura 13. Já se deparou com conduta coletiva no interior das comunidades regradas pelo tráfico de drogas, como por exemplo: fechamento de comércio, recusa de estabelecimentos comerciais em atender policiais, recusa de fornecimento de informações pelos moradores locais etc.?

A conduta criminosa de imposição, aos cidadãos comuns, de regras próprias nos locais onde exercem influência é bem frequente. E isso ocorre não apenas na realidade de tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. Mas em se tratando deste caso, há outros aspectos não quantificáveis que são os itens elencados na pergunta. Como por exemplo, não existem dados estatísticos que apontam quantas vezes o cidadão comum se recusou a dar informações à força policial, dentre outros.

Existem condutas que tendem a se repetir em resposta a determinados atos. Quando um criminoso morre em decorrência de ação policial, é decretado luto pelos criminosos da facção e, todo o comércio, que for determinado pelo chefe da facção, deve fechar as portas. Outro ponto importante é do controle da informação. Todo cidadão, morador de comunidade em que há presença e influência do tráfico de drogas, sabe que é proibido dar quaisquer informações aos policiais ou repórteres, uma vez que isso poderia colocar em risco a facção e seria exemplarmente julgado e punido pelo chamado tribunal do tráfico. Portanto, é elementar que todo policial que já se deparou com essa realidade viveu reflexo dessa padronização de comportamento determinado por traficantes locais.

Não por acaso, dentro do universo de 425 policiais, que responderam ao questionário, 97,9% já se depararam com conduta coletiva no interior de comunidades com forte presença do tráfico de drogas, regrada pela facção criminosa.

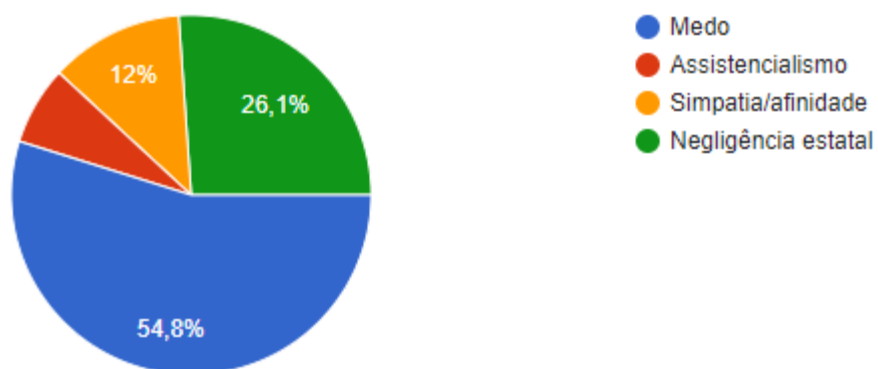


Figura 14. A forte influência territorial dos traficantes se dá mais por: medo, assistencialismo, simpatia/afinidade ou negligência estatal?

Em decorrência da, anteriormente, citada conduta coletiva regrada por facções traficantes de drogas, o questionamento que se segue é: por qual razão os cidadãos comuns se submetem a essas imposições?

Sobre isso, a maioria dos policiais responderam que por medo, seguido de negligência estatal, depois de simpatia e afinidade com a facção criminosa, que pode apontar para uma conduta omissiva ou participativa dos cidadãos comuns, e por fim, 7,1% por assistencialismo dos criminosos para com a população residente.

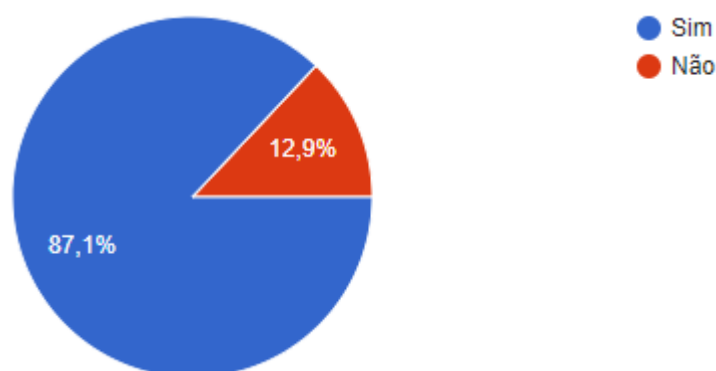


Figura 15. Teve contato com qualquer tipo de ameaça de traficantes contra moradores locais?

Com número bastante significativo, 370 policiais militares ou 87,1% já tiveram contato com qualquer tipo de ameaça exercida por traficantes direcionada aos cidadãos comuns e residentes locais.

Mais uma vez, confirmando um dos pontos principais do exercício de influência dos traficantes sobre moradores, através da ameaça.

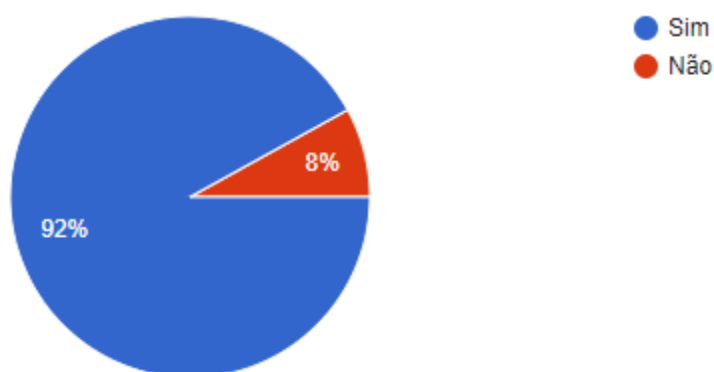


Figura 16: Já teve contato ou conhecimento da difusão de ameaças ou demonstrações de força de criminosos por redes sociais direcionados à policiais ou grupos rivais?

Tem sido cada vez mais comum, com avanço da tecnologia e alcance das redes sociais, a utilização desses recursos pelos criminosos do tráfico de drogas da cidade do Rio de Janeiro para não só dar publicidade a alguns dos seus atos, como também tecer ameaças direcionadas a policiais e/ou grupos rivais.

Realidade esta que demanda grande atenção e esforços dos serviços de inteligência institucionais para que se consiga chegar aos responsáveis. Não há surpresa em existirem perfis sociais ou páginas online com devidas identificações, pois o criminoso acredita na impunidade e na incapacidade do Estado conseguir chegar até ele. Tanto que, é de conhecimento de policiais militares, e que dentro da amostra, refletem 92% do total de 425 policiais militares que responderam ao questionário.

Capítulo 4 – Criminalidade organizada e tráfico de drogas

4 - Criminalidade organizada

Primeiramente, ao se estudar a criminalidade organizada de maneira geral, verificam-se inúmeros produtos, que vai desde lavagem de dinheiro à tráfico de drogas e armas. Insta ainda ressaltar que não são atividades estanques. Com isso, quando um determinado grupo criminoso tem como principal produto de crime a contravenção, por exemplo, não significa

que ele não pratique outras atividades em paralelo. Fato este bastante rotineiro na cidade do Rio de Janeiro, ainda que não seja um fenômeno exclusivo.

Embora tenham havido a Lei nº 9.034, de 03 de maio de 1995, que tratou sobre organizações criminosas no Brasil, e o Decreto nº 5.015 de 12 de março de 2004, que ratificou Convenção das Nações Unidas ou Convenção de Palermo, contra o crime organizado transnacional, adotada em Nova York em 15 de novembro de 2000, foi apenas no ano de 2012, que a lei nº 12.694/2012 vai, com maior efetividade, definir organização criminosa. Sendo, finalmente, estabelecido o tipo penal do delito de organização criminosa na Lei nº 12.850/2013.

Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional. (Lei nº 12.850/2013, Art. 1, parágrafo 1º)

Constando ainda na lei supracitada o regramento da conduta criminosa no seu artigo 2 que define da seguinte forma: “Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa”.

Configurando-se, evidentemente, um grande desafio securitário mundial, em que há uma exploração, por parte desses criminosos, de vulnerabilidades estatais para atuarem de maneira a reduzirem ao máximo o risco de serem capturados, otimizando a lucratividade e fortalecimento da sua prática criminosa. Tendo ainda, em alguns casos e não em sua totalidade, forte componente transnacional de suas articulações e atividades.

Como as máfias, as organizações criminosas também surgem com a ideia de permanência e continuidade no exercício de suas atividades, utilizando a estrutura organizada para se perpetuar no tempo. Não são constituídas para a prática de um ou outro delito, mas para se manterem o maior período de tempo possível em atividade e cometer o maior número de infrações penais, quantas forem necessárias para o crescimento dos lucros e o incremento do patrimônio e do poder, especialmente de seus fundadores e líderes. (Greco, 2020, p.21)

Conforme visto que para Silva (1999) a criminalidade violenta no Brasil se propaga originária de um núcleo básico, cujos elementos são: ameaça à integridade física e à

propriedade privada, tendo relação com o crescimento do crime comum e o do tráfico de drogas, este sendo responsável pela crescente organização da criminalidade urbana. Embora esta dissociação do crime comum e do tráfico de drogas seja controversa, uma vez que historicamente ambos estão associados; um aspecto relevante se faz notar no que se refere à criminalidade e à sua natureza violenta de ataque direto à integridade física dos cidadãos e à propriedade privada. Corroborando sobremaneira para a difusão do medo, através da sensação de insegurança, seja real – fundamentada em dados estatísticos - seja subjetiva – baseada em aspectos subjetivos que culminam na insegurança. Outros aspectos fundamentais presentes nas ações desses grupos criminosos estão diretamente relacionados, para além da propagação do medo difuso e ainda contribuindo para ele, a utilização de violência na execução de muitos dos crimes cometidos com intuito de demonstrar superioridade bélica e reafirmar a todo tempo sua presença e suposto comando em diversas partes do Estado do Rio de Janeiro.

Um exemplo é facilmente notado, quando considerado o número de policiais militares mortos na folga e a perversidade nas ações criminosas de abordagem, identificação e execução do agente, que em muitos casos é conduzido com vida para o interior da favela para ser torturado e executado por traficantes.

Para melhor compreensão, podem ser observados, na figura 17, os índices de morte de policiais, que embora variáveis, são todos superiores no período de folga. Fato este que oscila um pouco mais quando os índices analisados são sobre policiais feridos, porém ainda assim é no período de folga que os números de policiais feridos são superiores na maioria dos anos analisados.

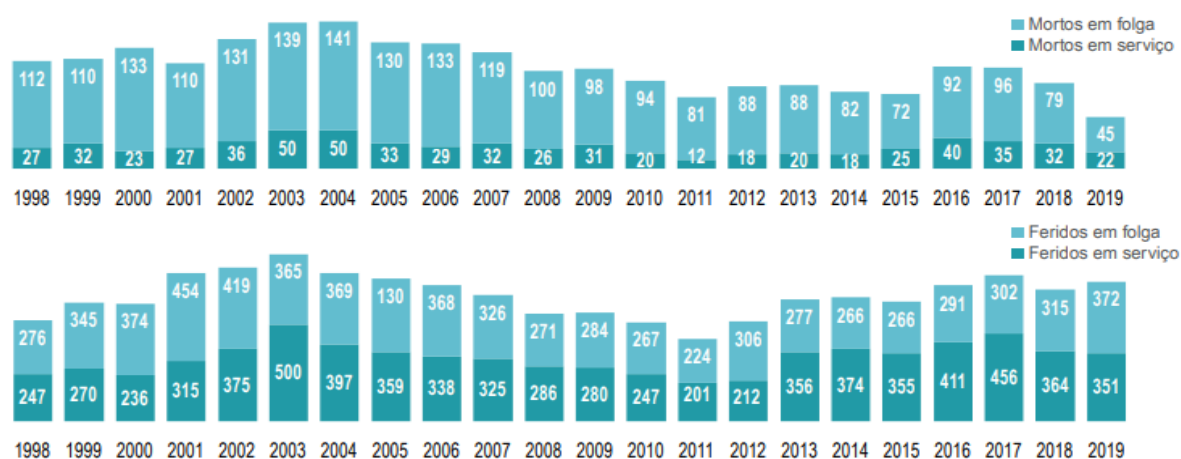


Figura 17. Vitimização policial no período de 1998 a 2019.

Fonte: Instituto de Segurança Pública, Segurança Pública em Números 2019, p.7.

A criminalidade organizada carioca é uma realidade que compreende diversos componentes, sendo eles, principalmente: social, econômico, político e de segurança pública. É inegável sua heterogeneidade desde organizacional até operacional. Isto é, tem em sua composição diversos grupos criminosos, rivais entre si, que estão territorialmente espalhados, apesar de terem terreno fértil e atuação mais consolidada no interior das comunidades carentes ou favelas. Esses grupos criminosos possuem diversas origens e ideologias, que via de regra vigoram no território dominado e também variam de acordo com a facção criminosa, com o chefe da organização e com o tipo de negócio criminoso administrado.

Conforme já apontado, existem incontáveis tipos de criminalidade organizada, assim como seus principais fatores motivadores e condutas adotadas. É necessário que se afirme a impossibilidade de se atingir tamanha diversidade com o devido aprofundamento acadêmico. Contudo, para melhor elucidação, especificamente neste estudo se destacam as facções criminosas do tráfico de drogas e as milícias, que também adotaram características bem similares às das facções de tráfico.

Sobre as facções, é possível ressaltar as variadas ações, com diferentes motivações, que objetivam a propagação do medo e a reafirmação de poder, sendo elas: fechamento de comércio; queima de pneus, automóveis, ônibus; execuções de opositores traficantes ou não; atentados com tiros e bombas contra bases policiais militares instaladas no interior das favelas - Unidades de Polícia Pacificadora; dentre outros. Podendo, então, ser percebidas características complexas desses grupos que não estão restritos a um único tipo de negócio criminoso, sendo sua gama bem mais diversificada do que se propunha em seu surgimento.

Há, no cenário carioca, diversas facções do tráfico de drogas e cada uma delas tem características próprias, assim como territórios sobre os quais exercem maior influência. Tendo sobre esse tema muitos estudos elucidativos. Para fins de enfoque acadêmico, a facção criminosa tomada como objeto de análise é o Comando Vermelho.

Com o nome de Falange Vermelha, batizado assim pela própria comunidade carcerária do Estado do Rio de Janeiro, o CV foi criado entre 1969 e 1975 no Rio de Janeiro por encarcerados no Instituto Penal Cândido Mendes, conhecido como Presídio da Ilha Grande ou “Caldeirão do Diabo”, que lutavam contra as condições sub-humanas que os presos enfrentavam, algumas impostas pelo sistema carcerário, outras pelos próprios detentos. Especula-se, quanto à origem do CV, como momento preponderante a reunião de presos políticos com presos comuns na

Galeria B do presídio da Ilha Grande, entre 1969 e 1975. (Amorim, 1993, p.46, em Ferraz, 2012, p.24). Os presos comuns haviam sido condenados com base na Lei de Segurança Nacional numa tentativa por parte do governo militar de equiparar os revolucionários de esquerda a criminosos.

Apesar de uma convivência por vezes pouco pacífica, foi nascendo um respeito e admiração por parte dos presos comuns à organização, disciplina e companheirismo existente entre os revolucionários de esquerda, o que lhes permitia sobreviver àquele inferno. Os internos da Galeria B, presos comuns e revolucionários, passaram a partilhar experiências, tendo os presos comuns adquirido, através de longos encontros, o *modus operandi* das guerrilhas revolucionárias. (Ferraz, 2012, p.24)

Por outro lado, e não menos importante, embora alheio ao objeto deste estudo, faz-se necessário atentar para um grupo criminoso bastante expressivo que veio crescendo e se desenvolvendo ao longo das últimas décadas no Rio de Janeiro, que são as milícias.

A milícia no Brasil pode ser entendida como uma organização paramilitar, ou seja, uma força constituída por membros das forças de segurança ou de defesa do Estado que possui objetivo político e principalmente objetivo de se obter lucro monetário caracterizando dessa forma a milícia como uma organização criminosa ou crime organizado. (Toledo, et. al., 2017, p. 84).

As milícias são consideradas facções criminosas, estando entre as maiores na cidade, e apresentam algumas características bem similares, e outras idênticas em vários aspectos, às facções criminosas de tráfico de drogas. Tais como estas, elas também disputam territórios, estabelecem regras internas, ameaçam e julgam moradores e opositores, controlam comércios, comercializam drogas, gás, canais clandestinos de televisão etc.

Elas são mais um fator de criminalidade e instabilidade nas comunidades, uma vez que possuem *modus operandi* de estabelecimento e influência nas favelas, participando de disputas territoriais e tendo o predomínio da violência local. Fato este que só é desestabilizado, quando perdem a disputa do território para facção rival ou ainda quando do confronto com as forças policiais.

4.1 - Tráfico de Drogas

Há na cidade do Rio de Janeiro um marco relevante no que se refere à história da criminalidade organizada do tráfico de drogas situado no extinto Instituto Prisional Cândido Mendes em Ilha Grande. Ele teve início em 1903, encerramento em 1994 e era inicialmente destinado aos presos comuns. Todavia, foi no período da Ditadura Militar, de 1964 a 1985, que o governo decidiu enviar também os presos políticos para o, comumente conhecido, Presídio de Ilha Grande. Tal ação se deu com o intuito de dissuadir os presos políticos de lutarem contra o regime e causar enfraquecimento aos movimentos de oposição. Foi quando em 1967, com a Lei de Segurança Nacional, o governo ditatorial promulgou o Ato Institucional nº 5, o Ato considerado mais duro. Com isso, passou a perseguir ainda mais os opositores, tornando os partidos de esquerda clandestinos. Tendo início o envio dos presos políticos em 1967, foi apenas em 1975, que com a lei da anistia, eles foram libertados.

Nesse período é importante destacar que a junção dos presos comuns com os presos políticos teve efeito oposto ao almejado pelo regime militar. Houve, na realidade, a criação de um ambiente propício para o intercâmbio de ideias, e de *modus operandi* das práticas criminosas. Dessa forma, com a politização dos presos comuns, foram criadas duas das principais e mais violentas facções criminosas do Rio de Janeiro que perduram até os dias atuais: Falange Vermelha e Falange Jacaré. Que atualmente são, respectivamente, Comando Vermelho e Terceiro Comando.

Em decorrência desse cenário e com a anistia em 1975, os presos políticos são postos em liberdade e, naturalmente, já membros das suas respectivas facções, passam a colocar em prática a conduta criminosa já planejada. Não por acaso, em 1979 é datado o nascimento da facção Comando Vermelho. Tendo esta como slogan: paz, justiça e liberdade, adota também o perfil criminoso social, que coloca o criminoso como defensor da comunidade carente e provedor de recursos, coisas que o Estado não foi capaz de prover. Para além disso, suas ações planejadas tinham objetivos grandiosos de fortalecimento financeiro, através da caixinha – dinheiro destinado exclusivamente para propiciar melhores condições aos presos da facção no período que ainda ficassem presos, propinas diversas, financiamento de fugas etc. - e suas ações tinham, dentre muitos alvos, roubo a bancos.

No ano de 1979, no interior do presídio Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, mais conhecido como Ilha do Diabo, surge um grupo, inicialmente pequeno, mas que logo passou a comandar o presídio demonstrando intensa força. O grupo foi intitulado de

Falange Vermelha e tinha como líderes os criminosos conhecidos como Professor, Bagulhão, Gordo, Escadinha e Meio-quilo. Após a destruição do presídio que deu início à Falange Vermelha, este grupo cresceu, ganhou as ruas e passou a controlar o tráfico nas favelas cariocas. (...) A principal arma do CV para se perpetuar como uma organização criminosa estável era o auxílio social aos menos favorecidos das comunidades nas quais se instalava e o extermínio, mediante assassinatos, dos integrantes de grupos rivais. (Greco, 2020, pp. 14 e 15)

Outro marco importante se deu com a chegada da Cocaína em 1980, que veio a alavancar sobremaneira a atividade do tráfico de drogas, com enriquecimento potencializado em virtude do elevado consumo e lucro obtido.

Veríssimo (2009) para exemplificar o momento da chegada da cocaína no mercado de entorpecentes no Rio de Janeiro, usa da narrativa de um policial que era Tenente e atuava nas ruas, no início da década de 1980. Este policial afirmou ter testemunhado esse processo e que, dentre outros aspectos, aconteceu de os traficantes retirarem a maconha temporariamente das vendas de drogas e inserirem a cocaína, como uma novidade. Como não tinham alternativa, os usuários acabavam por comprar esta droga, à época, recém-chegada. Formando-se, com isso, estrategicamente, um novo mercado consumidor. Além disso, destaca relatos de policiais que afirmam também ter havido mudança comportamental do criminoso, que passou a ser muito mais agressivo e temer cada vez menos o policial.

Naturalmente, a distribuição territorial dessas facções e das demais que vieram a seguir sempre foi bastante heterogênea, fruto de disputas internas e com facções rivais. E, embora apresentem características essenciais divergentes e também similares, a questão da localização espacial sempre obedeceu ao mesmo foco para quaisquer uma delas que é tomada, estabelecimento e manutenção, por maior período possível, de território no interior das comunidades. Transformando esses territórios em territórios fortificados, com estruturas peculiares para a logística criminosa, tais como: construção de barricadas em pontos estratégicos para dificultar a entrada das forças policiais; construção de estruturas para armazenamento de armas, drogas, ouro, dinheiro, mercadorias roubadas; distribuição estratégica de criminosos pelo terreno para tomar conta do fluxo de veículos e pessoas que entram e saem, e também para avisar e/ou combater quando da entrada dos policiais etc.

Em função da já descrita fluidez da influência exercida pelo tráfico de drogas em comunidades carentes, não é possível determinar com exatidão qual facção exerce maior

influência sobre determinado território. Haja visto que são áreas de elevada instabilidade e que podem sofrer mudanças a qualquer momento. É também essencial afirmar que, ainda que existam comunidades sob forte influência de facções criminosas do tráfico de drogas, elas não exercem pleno domínio, uma vez que as forças policiais adentram a esses territórios, sempre que necessário. Sendo, evidentemente, um Estado soberano. Ainda que para isso seja fundamental um aparato bélico significativo para melhor proteger as vidas dos cidadãos e dos policiais, que precisam estar o mais próximo possível da equiparação de poderio bélico, em relação à criminalidade, para maior eficácia do combate.

Do ponto de vista da legislação brasileira, a previsão do crime de tráfico de drogas está descrita da forma como se segue:

Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. (Lei nº 11.343, 2006, art. 3).

4.2 – Componentes nacionais e transnacionais

Um ponto bastante relevante no que tange à criminalidade organizada é observar se sua atuação extrapola fronteiras, isto é, se tem em sua essência o caráter transnacional. Visto que a capilaridade para além fronteira pode resultar em ameaças mais robustas e com maiores articulações, sejam elas de quais naturezas forem, mas essencialmente financeira, quando se tratando da criminalidade do tráfico de drogas. Fatores esses bastante transitórios, de acordo com o objeto criminoso.

O Comando Vermelho expandiu-se e continua a se expandir para outros Estados da Federação brasileira e para o exterior. Além do tráfico de drogas, sua atividade principal, a organização, que atua sob o sistema piramidal, fortemente hierarquizado, com o comando dividido dentre uns poucos líderes, atua no roubo, explosão de caixas eletrônicos, sequestros, extorsão, corrupção, homicídios, dentre outras infrações penais de especial gravidade. (Greco, 2020, p.15).

Contrapondo a esta visão, sobre a criminalidade do tráfico de drogas, pode se dizer que não há uma conduta padronizada dos seus chefes criminosos. Embora, por vezes, pertencentes a uma mesma facção, não necessariamente há uma adoção única de conduta. Sendo assim, especificamente sobre o possível caráter transnacional do crime organizado do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro, não foi possível apontar nada em concreto que corroborasse para uma visão difundida além-fronteiras, ainda que pontualmente, sob alguns aspectos, tenha ocorrido articulação nessa esfera, quando se tratando do criminoso do Comando Vermelho, o Fernandinho Beira Mar, por exemplo. Sabidamente, esse criminoso, usufruía de suas articulações fora do território nacional, tanto que, além de ter sido preso na Colômbia em 2001, teve aproximações com o grupo terrorista nigeriano Boko Haram para comércio de drogas e armas. Contudo, tal conduta tem um caráter individualizado, embora não exclusiva, não fazendo parte da mentalidade coletiva e organizacional desse tipo de criminalidade. Podendo classificar as lideranças, então, como esparsas e territorialistas, cabendo a cada um a definição de regras sobre o território em que exerce influência.

Outrossim sobre possíveis e eventuais aspectos transnacionais da conduta criminosa dessa natureza, não foram constatados dados consolidados que comprovem adoção de articulações como conduta padrão. Ainda que eventualmente elas possam ocorrer, como de fato ocorrem em alguns casos, elas não são tidas como táticas essenciais. Ocorrem mais como uma ramificação da comercialização para aferição de lucros à atividade em si.

4.3 – *Modus operandi*

A conduta do traficante de drogas é altamente diversificada. Aquilo que é imposto por um, não necessariamente vigorará quando na chefia de outro, nem dentro de uma mesma facção, nem de facções distintas. Essa volatilidade ocorre por diversas razões, dentre elas por não haver um regramento organizado e consolidado no cerne da organização criminosa. Por isso, cada criminoso, quando ascende ao topo hierárquico, faz valer as suas próprias regras.

Ao que tudo aponta, houve uma drástica mudança daquele perfil criminoso de outrora, datado das décadas de 1970/80, que se auto intitulava social, defensor da comunidade carente contra as forças estatais e grupos rivais. E que também se colocava como provedor das necessidades da população local, em virtude de alegada ausência do Estado.

Formou-se, notadamente, naquele período uma relação de proximidade entre criminosos e cidadãos comuns. Estes que, por sua vez, reconheciam naqueles, representatividade, em função da relação estabelecida de certa confiança e das origens serem as mesmas, tendo em vista que o criminoso era naquela época, quase que por regra, nascido e criado na comunidade em que ele exercia influência e tinha sua facção estabelecida. Logo, reconhecido por todos como alguém que tem conhecimento das mazelas sociais locais e agirá em favor do provimento e defesa daqueles moradores.

Passa a existir, sem dúvida, e perdurar até os dias de hoje relação entre criminoso e cidadão comum que é bastante indefinida, por haver uma linha tênue que separa três características principais, que são de: omissão, conivência e criminosa. As duas primeiras podem ser vistas como condutas individuais e/ou coletivas adotadas para evitar quaisquer tipos de conflitos com os criminosos. Podendo ocorrer fundamentalmente por medo de retaliações, uma vez que a influência criminosa se faz presente pela força. Sendo dessa forma um meio de coexistir na mesma localidade, sem que sofra qualquer dano pessoal ou material praticado pelo traficante em represália à eventual conduta lesiva ao crime. Nesses casos, para essas condutas, cabe o possível enquadramento legal de associação para o tráfico, previsto na Lei nº 11.343/2006 em seu artigo 5º, quando houver a reunião de duas ou mais pessoas para prática de crime previsto nessa lei. Já a terceira característica possui variadas formas de se estabelecer, porém essencialmente é uma característica adotada por pessoas que não mais serão omissas ou coniventes com a criminalidade; passando a atuar diretamente para com a atividade criminosa, seja ela qual for ocupando a função estabelecida pelo chefe criminoso.

O apadrinhamento pode ser definido como um sistema político fundamentado em vínculos ‘verticais’ – em outras palavras, relacionamentos pessoais entre indivíduos desiguais, entre líderes (ou padrinhos) e seus seguidores (ou afilhados). Não raro, as duas partes usam a linguagem da amizade, inclusive ‘amigos de amigos’, ou a linguagem do parentesco, como o hoje famoso padrinho ou ‘chefão’ (godfather). É, porém, mais realista ver a relação entre eles como uma forma de troca. Cada parte tem algo a oferecer à outra. Os afilhados proporcionam apoio político aos padrinhos, bem como deferência, expressa em várias formas simbólicas (gestos de submissão, linguagem respeitosa, presentes, entre outras manifestações). Já os padrinhos oferecem hospitalidade, empregos e proteção aos afilhados. É assim que conseguem transformar riqueza em poder. (Burke, 2012, p. 116)

Corroborando para o supracitado, ressalvadas suas evidentes especificidades, que se adequa parcialmente para a relação estabelecida, muitas vezes, entre traficante e cidadão comum, um exemplo à cerca da citada relação de amizade estabelecida, há uma facção criminosa, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro chamada Amigos dos Amigos, que surge justamente após disputas e conflitos entre Comando Vermelho e Terceiro Comando.

Com o passar dos anos, esse perfil criado sob uma roupagem de criminoso social veio de fato se alterando. Houve um incremento ainda mais significativo da criminalidade violenta, que simultaneamente à lucratividade crescente, em virtude da atividade criminosa, aconteceu o aumento do poderio bélico. Tendo havido para além deste aumento, uma estruturação com maior complexidade para defesa do território em que a facção exerce influência.

Araújo (2019) aponta para um indício dessa mudança e classifica o tráfico de drogas como crime que representa uma das ocorrências mais frequentes enfrentadas pela polícia brasileira, destacando uma característica recente do criminoso que está amparado no fanatismo religioso. Isto é, uma vez tendo se convertido a determinada religião, ele passa a proibir toda e qualquer prática religiosa diferente da escolhida, realizando ameaças, perseguições, destruição de locais religiosos, e morte daqueles que descumprirem suas imposições.

É também necessário ressaltar que existem muitas ramificações a partir do crime de tráfico de drogas, pura e simplesmente. Com isso, existem crimes associados e praticados por traficantes, tais como: roubo, furto, extorsão, sequestro, lesão corporal, homicídio, estupro, tortura, tráfico de armas, ameaça etc. E, no interior dessa lógica plural criminosa, pode-se atentar para condutas que visam fortalecimento e proteção do espaço em que os criminosos tentam se apropriar a todo e qualquer custo.

Para tanto, são inúmeros casos em que são flagradas existência de barricadas – trincheiras improvisadas ou construções precárias com paus, ferros, pneus e/ou pedaços de concretos etc. - nos principais acessos dessas comunidades, que tem por objetivo obstruir, impedir ou, pelo menos, dificultar a entrada das forças policiais. As trincheiras também podem ser observadas posicionadas estrategicamente no interior das comunidades para potencializar a proteção dos criminosos, quando dado confronto armado; além de algumas delas terem por objetivo impossibilitar a entrada de veículo blindado da polícia, sendo buracos profundos feitos no asfalto, e que são cobertos por chapas de ferro removíveis para facilitar deslocamento dos veículos dos traficantes ou de moradores. Há também construções fortificadas de muros de concreto e/ou construções outras em locais estratégicos com seteiras para visualizar os policiais

no interior da comunidade e efetuar disparos de armas de fogo através desses espaços contra opositores quaisquer.

Além disso, ainda no que se refere ao interior das comunidades, o tráfico impõe firmemente suas regras aos moradores para que os mesmos não falem ou forneçam informações aos meios midiáticos, muito menos aos policiais ou quaisquer outros militares. Outro ponto importante é o acatamento das ordens emanadas, tais como fechamento de comércio, mobilização de manifestações nos acessos e no interior da comunidade, queima de pneus para obstrução de vias e para maior visibilidade das equipes de reportagem, depredação de patrimônios públicos e/ou privados etc. Logicamente, quando há descumprimento, são aplicadas sanções à critério de julgamento do chefe do grupo criminoso. Sobre isso, são inúmeros exemplos concretos de aplicação de punições exemplares aqueles que não se submetem ou tentam burlar as regras impostas pelo tráfico e aplicadas pelo autodenominado tribunal do tráfico, que captura, julga e aplica a punição, alheio a qualquer legislação vigente no país.

A exemplo disso, um caso que ficou bem marcado na história carioca pela perversidade foi o do jornalista investigativo Tim Lopes, identificado e assassinado por traficantes em uma das favelas do Complexo do Alemão por ordem do criminoso vulgarmente conhecido como Elias Maluco, chefe da organização criminosa homiziada naquela região. Esse fato, especificamente, ocorreu no ano de 2002 e despertou grande comoção midiática e também popular, dada crueldade em que se deu sua execução. Esses fatos ocorreram em razão de Tim Lopes ter feito sucessivas reportagens denunciando atuações do tráfico de drogas no interior das comunidades pertencentes ao Complexo. Quando descoberto, foi levado à uma parte mais afastada da favela, julgado, condenado e executado por marginais da lei, para que servisse de exemplo aos demais.

Souza (2002) que defende a existência de uma narcoditadura das facções criminosas do tráfico de drogas atuante nos morros, afirma que há ordem de matar indesejáveis, traidores e devedores com requintes de crueldade, sem perdão. E, para ele, foi exatamente o que ocorreu com Tim Lopes, responsável por conferir visibilidade aos traficantes, durante práticas criminosas no interior da favela e, com isso, atrapalhar os negócios deles.

Não é fato novo a adoção de recursos tecnológicos para conferir publicidade às ações criminosas dos traficantes de drogas na cidade do Rio de Janeiro. Além de criarem perfis próprios e das facções em redes sociais, eles rotineiramente utilizam o ambiente virtual para

fazer ameaças, para divulgar vídeos com objetivo de mostrar poderio bélico, ostentar riqueza, difundir torturas e execuções de opositores.

Desse modo, é notório objetivo de ratificação paradigmática do poder local dominante pelo tráfico de drogas, ainda que não haja domínio e sim influência, assim como, a difusão do medo pelos meios midiáticos para que não mais sejam desafiados ou descobertos, com exposição de suas vulnerabilidades, por quem quer que seja.

Capítulo 5 – Terrorismo: distanciamento e aproximações com a criminalidade do tráfico de drogas

5 – Terrorismo: Conceituação e contextualização

Apesar de, ao longo da história da humanidade, sempre ter estado presente, o terrorismo moderno data da Revolução Francesa.

Embora o termo “terrorismo” tenha surgido durante a Revolução Francesa para caracterizar as práticas dos dirigentes revolucionários sob liderança de Robespierre entre setembro de 1793 e julho de 1794, o terror, com fins políticos, não só hoje, mas ao longo de toda a História, tem sido comumente utilizado, nas mais diversas situações. (Martins, 2010, p.9).

Não há uma definição universal de terrorismo, podendo isto significar uma grande discordância acerca do que de fato pode ser compreendido enquanto terrorismo. Os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América foram um marco no cenário geopolítico mundial, sobre terror e segurança. A definição a seguir traz concretamente ao cerne da questão, sob um dos diversos pontos de vista sobre o tema:

Qualquer ação constitui terrorismo se tiver a intenção de causar morte ou lesões corporais graves a civis ou não combatentes com o propósito de intimidar uma população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a fazer ou se abster de praticar qualquer ato. (Costa, 2005, p.2).

É sabido que os já referidos atentados de 11 de setembro, às duas torres do World Trade Center em Nova Iorque, que foram executados por terroristas da Al Qaeda sob comando de Osama Bin Laden, trouxeram para o cenário mundial um novo alerta às vulnerabilidades que

possibilitaram atentados de tamanha magnitude. Com isso, houve uma potencialização da, já existente, centralidade, no que tange à transnacionalidade da ameaça e a necessidade urgente de securitização. Tendo ocorrido, simultaneamente, uma alteração no quadro geopolítico mundial. Como exemplo desse marco histórico, da centralidade e necessidade uma nova forma de enfrentamento ao terrorismo, verifica-se a seguir:

Com o atentado de 11/09 ao World Trade Center inicia-se a denominada “Guerra ao Terror”, mudando radicalmente elementos e conceitos fundamentais da guerra como então a conhecíamos, de um Estado contra outro, com territórios definidos, exércitos conhecidos e que possuíam “faces”, “rostos”, iniciadas normalmente por agressões armadas contra um país, que se defendia, ou por intento imperialista, enfim, por fatores clássicos e mais que conhecidos da política internacional. (Rosseti, 2011, p. 52).

Considerando o exposto, apesar da origem do terrorismo não ser recente, suas ações se distinguem quanto à inúmeros fatores, tais como: ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, tecnológicos, bélicos etc. Percebendo-se sua heterogeneidade para além das questões basilares ideológicas de cada grupo conhecidamente terrorista. Significa dizer, por exemplo, que a motivação e o *modus operandi* do Estado Islâmico são diferentes do Boko Haram, que são diferentes da Al Qaeda e assim por diante. E, ainda assim, são todos grupos terroristas.

As distintas visões sobre o terrorismo são transitórias, variando de acordo com fatores como tempo, região, governo etc. É importante que se destaque o papel do Estado vítima como aquele que vai efetivamente buscar identificar e classificar os grupos e/ou ações como terrorismo. Pois, assim como historicamente o crime só é considerado como tal com lei que o defina, o mesmo se aplica para o terrorismo, que nada mais é do que um tipo de crime.

Tendo sido os atentados ao World Trade Center nos EUA um marco para a centralidade nas questões de segurança e terrorismo, muitas nações e blocos reestruturaram suas legislações e condutas, tal como a União Europeia e seus Estados-membro. Porém, no Brasil não havia legislação própria para enquadramento específico do terrorismo propriamente dito, e o Código Penal brasileiro também não abrangia a referida ameaça. Havendo, nesse sentido, menção na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, que data de 1988, trazendo em seu Art. 5º XLIII:

A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem. (CRFB/88 – Art. 5º XLIII)

Fazendo dessa forma, uma equiparação do terrorismo à Lei nº 8072/90 dos Crimes Hediondos, que dispõe sobre crimes hediondos tal como previsão acima referenciada, determinando providências. E apontando no seu Art. 2º as suscetibilidades dos crimes hediondos, tais como tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e droga e afins, e terrorismo etc. Havendo ainda tipificação na Lei 7170/83 de Segurança nacional, que trata da definição dos crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelecendo seu processo, julgamento e providências, tal como se segue:

Devastar, saquear, extorquir, roubar, sequestrar, manter em cárcere privado, incendiar, depredar, provocar explosão, praticar atentado pessoal ou atos de terrorismo, por inconformismo político ou para obtenção de fundos destinados à manutenção de organizações políticas clandestinas ou subversivas. Pena: reclusão, de 3 a 10 anos. Parágrafo único - Se do fato resulta lesão corporal grave, a pena aumenta-se até o dobro; se resulta morte, aumenta-se até o triplo. (Lei 7.170/83, Art. 20).

E então, após quinze anos da execução de um dos mais importantes ataques terroristas na atualidade, o 11/09, é criada no Brasil a Lei Antiterrorismo 13.260, de 16 de março de 2016, que vem de maneira a regulamentar o terrorismo conforme constante no inciso XLIII do Art. 5º da CFRB, inclusive reformulando o conceito de organização terrorista:

O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública. (Lei 13.260/16, Art. 2º).

Como se observa, a dificuldade de definição e a não pacificação desse conceito acontece também no Brasil. Além de no referido texto legal, não constar um dos mais relevantes fatores motivadores, que é o político. Em função disso, é importante que se aponte para uma delicada

lacuna, uma vez que a indefinição pode se transformar em campo fértil para ideologias totalitárias e interpretações equivocadas sobre condutas, para atender seletos interesses.

Para melhor aprofundamento, deve-se refletir e buscar dissociar dois aspectos fundamentais da atividade terrorista que são o fenômeno em si e a tática utilizada. Enquanto o fenômeno pode ser entendido de acordo com a motivação/ideologia, organização, territorialização, dentre outros; a tática se resume, basicamente, ao *modus operandi*, isto é, a operacionalização da conduta criminosa para se atingir os objetivos específicos.

Embora tenhamos consciência que tem consequências muito menos tangíveis e imediatas na segurança das comunidades e no cotidiano dos cidadãos do que a criminalidade de massa, a criminalidade violenta e grave, a criminalidade organizada, incluindo os tráficos de drogas, de armas e de seres humanos, o terrorismo inspira um grande sentimento de insegurança nas opiniões públicas. Apesar de se configurar como uma ameaça moderada em diversos países, o terrorismo alimenta-se da mediatização, tem um enorme impacto político e influencia de forma determinante as estratégias e políticas de segurança, defesa e justiça, tendo um enorme potencial de alterar o estilo de vida nos países com maiores índices de desenvolvimento. (Elias, 2018, p.202).

Para Greco (2019), é a motivação com que o agente ou grupo atuam, o principal fator que impulsiona o terrorismo. Há uma variedade significativa nesse aspecto, que pode ser de natureza política, religiosa, étnico/racial, xenófobo etc. e raramente apresenta um fim em si mesmo, tendo possibilidades inesgotáveis de perpetuação. Segundo o autor, todo crime apresenta uma motivação e quando praticado por alguém, não obrigatoriamente estaremos diante de atos terroristas. À exemplo disso, diz o seguinte:

Alguém que mata o torcedor de outro time, durante a saída de uma partida de futebol, deverá responder pelo delito de homicídio, e não pelo de terrorismo, embora o ato em si, praticado na presença de diversas pessoas, tenha sido levado a efeito também com a finalidade de causar pânico, terror nas demais pessoas que ali se encontravam, principalmente nos torcedores rivais. (Greco, 2019, p.15).

Reforçando a necessidade de entendimento, Silva (2005) compreende o terrorismo, basicamente, como emprego ou ameaça de emprego da violência contra alvos diversos com objetivos políticos e/ou religiosos, sendo esse ato não apenas para destruir, mas para transmitir uma mensagem; e, sinaliza também que “O termo ‘terrorismo’ é usado, muitas vezes, como

um termo depreciativo para denominar outras formas de conflito na tentativa de desqualificar politicamente os adversários”. (Silva, 2005, Pp. 30, 31).

Terrorismo pode ser apenas uma tática, uma técnica, ou, de forma mais estruturada, uma escolha estratégica, alimentada por uma determinada ideologia ou religião, para atingir determinado fim. Terrorismo não existe de forma isolada e, provavelmente, o adjetivo de terrorista a determinado grupo ou pessoa, é um atributo bastante complicado de escolher e, conforme os contextos, profundamente divergente. Classificar um ato, um grupo, uma pessoa, mesmo um Estado ou uma entidade supranacional, como terrorista, depende do contexto, de quem classifica, de quem interpreta e da época histórica – os “terroristas” de uns podem ser os “combatentes da liberdade” para outros. (Pires, 2016, p.60).

Dentre as variadas visões acerca do terrorismo, ao mesmo tempo em que insta perceber necessidade em buscar uma homogeneização de definição, por outro lado há uma elevada complexidade que vai além do crime de terrorismo em si, mas que perpassa por especificidades estatais bem peculiares e, evidentemente, plurais. De tal maneira, veio o caráter temporal imprimindo as diversas visões sobre grupos e práticas que oscilaram drasticamente, significando dizer que um determinado grupo pode ter sido considerado terrorista no passado e atualmente não ser mais, sendo essa visão também transitória de acordo com a visão de cada Estado. Por isso, embora existam os órgãos supranacionais que possam avocar essa responsabilidade de unificação, eles também são compostos por diversas nações que, evidentemente, demandam um consenso. Parece, por fim, uma eterna busca, que talvez já tenha atingido o seu fim na multiplicidade conceitual, fundamentada nas peculiaridades de cada Estado.

5.1 – *Modus operandi* terrorista

À luz da reflexão mais ampla do que deve ser definido como *modus operandi* do terrorismo, urge a necessidade de se compreender que não há algo estático e consolidado que se possa resumir dentro de uma lógica cartesiana. Existe, sem dúvida alguma, uma fluidez ou volatilidade no cerne dessa atividade criminosa. Como já exposto, há mutabilidade não só temporal, mas também espacial, bélico, ideológico, político etc.

Finalmente chegamos aos utilizadores do terrorismo. Que sempre existiram, sempre foram muitos e variados e que utilizaram esta técnica como estratégia, por razões

muitíssimo diferentes de acordo com a época histórica, a região, a política ou a simples motivação ideológica, incluindo a religiosa. Por isso não se pode generalizar a partir de um determinado grupo sobre o que significa ser terrorista. O que devemos tentar saber é o que move determinado grupo ou organização a escolher o uso do terrorismo para atingir as suas finalidades. (Pires, 2016, p. 65).

Portanto, uma infinidade de características não estáticas e inesgotáveis fazem parte da história desse tipo de criminalidade e se refletem, evidentemente, nos dias de hoje. É justamente por intermédio da imprevisibilidade dos atos e da organização que se pode potencializar ataques aos alvos, das maneiras mais variadas possíveis. Não à toa, ao se pensar sobre o tema, podem ser elencados diversos atos já praticados que podem ser similares entre si ou totalmente diferentes, analisando um grupo específico ou não.

Elucidando ainda mais sobre o tema, David Rapoport (2013) vai analisar o fenômeno terrorista, dentro da ótica do conceito das quatro ondas do terror moderno, definidas por ele como um ciclo de atividades, que acontecem por um determinado período de tempo em muitos países e também que apresentam crescimento e retração. Sendo assim, as definições conceituais e classificações temporais das quatro ondas são: Anarquista (1870 – 1910); Nacionalista (1920 – 1960); Nova Esquerda (1960 - 1980); e, Religiosa (1979 – 2020). Para ele, as organizações nacionalistas estão presentes nas quatro ondas, ainda que se apresentem em formatos e ações diferentes em cada uma delas.

Dentro do estudado, é possível apontar a existência de pontos comuns no interior desse tipo de organização criminosa e sobre condutas adotadas, independentemente do grupo analisado. Isso significa dizer que podem ser elencadas condutas comuns, para além das essências políticas e ideológicas, tais como: delimitação sobre territórios de influência; recrutamento de criminosos; angariamento de recursos financeiros; elevado e/ou crescente poderio bélico; e divulgação/propaganda midiática. Não se pode negligenciar ao fato de que essas características elencadas, algumas ou em sua totalidade, também compõem diversos outros grupos de criminalidade organizada.

É notório que diante de toda fundamentação há objetivos claros com suas ações que são diversos, porém perpassam fundamentalmente por difusão do medo, manutenção de poder/controlado interno e externo, obtenção de recurso financeiro etc.

E para distinguir um pouco mais um ato terrorista e de qualquer outro ato criminoso, Silva (2005) vai dizer que o objetivo do ato terrorista não é apenas de destruição, mas sim também de transmissão de mensagens para influenciar e intimidar aqueles que tomarem conhecimento. Estando, para ele, o terrorismo político fundamentado em três motivações: política, ideológica ou político religiosa.

5.2 – Terrorismo *versus* criminalidade organizada do tráfico de drogas

Existem diversos aspectos comuns que constituem as criminalidades organizadas, ainda que, por vezes, elas tenham em sua essência, origens e atividade diferentes. Neste estudo, foi possível destacar cinco delas que corroboram para melhor análise do objeto, com suas devidas aproximações e distanciamentos entre terrorismo e tráfico de drogas, que são: territórios e influências; recrutamento criminoso; recursos financeiros; poderio bélico; propaganda e apelo midiático.

5.2.1 – Territórios e influências

Inicialmente, ao se falar de territórios, é fundamental compreender tanto o conceito geográfico de território, quanto de formação social. Para que se possa, então, buscar o entendimento sobre as influências e como elas acontecem no espaço criminoso.

Sobre território e formação social, Santos (2005) divide o território físico que são as formas, do território usado que são os objetos e ações, sendo este o espaço humano habitado. Para ele, a fluidez proveniente dos objetos é virtual, a real vem das ações humanas informadas e normatizadas. A formação social pode ser definida pela estrutura de todas as procuras e estruturas de classes, resultados da localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explicadas tanto por necessidades externas, quanto internas.

A partir dessas questões apontadas, resumidamente, é que se pode buscar entender um pouco melhor a influência exercida pela criminalidade organizada sobre os demais indivíduos. Passando, também, pela questão identitária individual e coletiva sobre o território que ocupa/reside, assim como pelos aspectos culturais norteadores de cada indivíduo em cada localidade específica.

Dentro do contexto do tráfico de drogas, cada favela e/ou comunidade em que há presença de facção criminosa, a influência exercida por ela é ditada pelo traficante chefe. É ele quem vai determinar o fechamento do comércio, obstrução de vias de acesso para dificultar entrada da força policial, conduta individual dos moradores de não falarem com policiais e não darem entrevistas, disposição dos criminosos pelo território, forma de enfrentamento às ameaças externas, entre outros.

Ainda que, neste estudo, a facção analisada seja a do Comando Vermelho, nota-se que na cidade do Rio de Janeiro, o *modus operandi* é bastante parecido entre as facções existentes. Similaridades estas, por exemplo, que não estão tão presentes no Primeiro Comando da Capital – PCC, facção criminosa territorializada em São Paulo, que por sua vez apresenta especificidades organizacionais e operacionais próprias.

Mais uma vez é importante destacar que o mesmo espaço ocupado pelo cidadão comum é ocupado pelo criminoso. E que a influência deste sobre aquele se dá fundamentada pelo uso da força, que impõe ao cidadão ameaçado o cumprimento das ordens para que não venha a sofrer as represálias impostas pelo tribunal do tráfico. Dado o caráter local dessa influência, este é um dos pontos de divergência para o terrorismo.

No caso da organização terrorista, a territorialidade se apresenta de maneira mais fluída. Isso se dá, justamente, pela necessidade de dificultar sua destruição pelo Estado, outra nação que venha a declarar guerra e/ou por organizações supranacionais. Com isso, há tanto influência pontual territorial, influência mais espalhada no território nacional e internacional.

Tal como a população não criminosa nas favelas, a população sabidamente sob influência local do núcleo do grupo terrorista, deve acatar as ordens emanadas por ele e viver conforme as regras impostas. E sob esse aspecto, muito se assemelha a população carioca que vive em locais sob influência dos traficantes de drogas.

5.2.2 – Recrutamento criminoso

Uma das espinhas dorsais do terrorismo e do tráfico de drogas é, sem dúvida, o recrutamento de seus membros. Por razões óbvias, sem pessoas recrutadas não se fazem organizações criminosas. Em ambos grupos, há uma demanda de atenção importante nesse

processo, uma vez que os indivíduos recrutados devem ser leais à organização. E caso isso não ocorra, é evidente que se tornam potenciais traidores/espões no interior delas.

No caso do terrorismo, o processo de radicalização recebe bastante dedicação dos chefes da organização, pois é através dessas pessoas que os planos serão postos em prática. Esses indivíduos têm perfis bastante variados e não estão, obrigatoriamente, no mesmo lugar. Sendo um dos pontos de vantagem sobre os Estados, uma vez que a ameaça pode vir tanto de um estrangeiro, quanto de um nacional.

Os recrutadores devem ter habilidade suficiente de convencimento, angariando a simpatia das pessoas que querem atrair para o seu movimento terrorista. Normalmente, vão ganhando a confiança aos poucos e, paulatinamente, vão disseminando a ideologia por eles defendida, até o ponto do efetivo convite para participar, de alguma forma, da atividade terrorista, exercendo alguma função no grupo, que não necessariamente seja a de combatente. A propaganda levada a efeito pelo grupo terrorista, portanto, é uma arma indispensável ao recrutamento de pessoas. (Greco, 2019, p. 182).

Sendo assim, para além do núcleo principal da organização terrorista, existem núcleos menores ou células que, espalhados pelo mundo, também exercem elo entre o indivíduo radicalizado e as ideologias do grupo. Outro ponto a ser observado é a existência e atuação dos chamados lobos solitários, que agem individualmente, tendo processo de radicalização, via de regra, à distância e não mantém ligação com a organização terrorista propriamente dita, até para que quando ele concretize a ameaça, as forças policiais não consigam chegar até o chefe da organização.

Por outro lado, o tráfico de drogas, que também realiza seu recrutamento, mas que não podemos comparar essencialmente com o processo de radicalização terrorista, não se apresenta tão estruturalmente organizado. Além de não ter conduta criminosa transnacional ou ideológica religiosa, as facções têm a atenção voltada muito mais para o seu interior e para aqueles indivíduos, geralmente, nascidos e criados nas favelas onde há maior influência dela, também conhecidos como ‘crias’.

As crianças e adolescentes que nascem em comunidades com presença de traficantes de drogas acabam por ter no criminoso uma referência, que quando positiva, desperta admiração por seu poder, dinheiro, padrão de vida etc. É nessa criança e/ou adolescente que o traficante verá potencial para recrutamento. Uma vez que perpassa, por esse ponto de análise, a questão

referente à construção de identidade e pertencimento do indivíduo em relação ao território e também às pessoas.

Segundo Moreira (2004) a relação dos homens, organizados e assim referenciados, com o mundo é construída através de uma fusão numa relação identitária. E a partir disso, passa a ter uma visão do todo como uma reciprocidade de pertencimento, não mais como um caos, desconectado dele.

A referência espacial do enraizamento é a territorialização do homem. Todo ponto de referência de unidade espacial é sempre um dado extraído do território, domínio da localização e a distribuição do objeto da paisagem de onde o sentido do homem ambientalizado aparece no recorte, sentido de estar culturalmente enraizado, unido num pertencimento de identidade, que só acontece com homens territorializados. (Moreira, 2004, p.174).

É importante que se coloque a complexidade da organização criminosa estruturada no interior da favela, que vai desde a presença de um olheiro, indivíduo responsável por observar e informar toda e qualquer movimentação suspeita, até o traficante chefe, ocupando este o topo da pirâmide hierárquica do tráfico de drogas na localidade.

Não há política de recrutamento que extrapole as fronteiras daquela determinada comunidade, pois poderia pôr em risco a facção, caso indivíduo fosse pertencente à facção rival. Do mesmo modo que não objetivo em se estabelecer núcleos externos.

Por esses e outros aspectos, embora haja recrutamento em ambas organizações, ele obedece ao que se propõe cada uma delas. No tráfico, o recrutamento que é para emprego imediato do indivíduo no terreno, é diferente para o terrorismo, que pode manter o indivíduo radicalizado em anonimato até que seja dada ordem para ataque. Outra questão se refere a indiferença quanto a localização do indivíduo para o terrorista, e a quase obrigatoriedade de que o indivíduo seja pertencente àquela comunidade específica em que a facção se encontra melhor estruturada e com grande influência, onde está presente o chefe.

5.2.3 – Recursos financeiros

Os investimentos para manutenção das organizações criminosas, embora bastante variáveis, envolvem aspectos que se referem a recrutamento, treinamento, viagem, compra de

armas, veículos e munições, dentre outros. Importante que se faça ressalva quanto à dimensão da criminalidade terrorista diante da do tráfico de drogas carioca.

O caráter da transnacionalidade é fundamental para que se alavanque sobremaneira os custos para se investir em aparatos e estruturas que possibilitem articulações para além de territórios já sob forte influência de determinada organização terrorista. Logicamente, para se angariar recursos financeiros, o terrorismo se utiliza de várias possibilidades, desde tráfico de drogas à tráfico de pessoas, como sabidamente faz o Boko Haram na Nigéria, por exemplo. Não havendo, por tanto, um único objeto criminoso.

O terrorismo é um empreendimento caro, que exige muito dinheiro, envolvendo toda uma logística com a manutenção do grupo, treinamentos, viagens, compra de armamentos etc. (...) Muitos grupos terroristas praticam o tráfico de drogas, para aumentar seus recursos ou são financiados por países que apoiam suas causas, ou procuram obter alguma vantagem através delas. (Greco, 2020, p. 104).

Por outro lado, como já analisado, o tráfico de drogas no Rio de Janeiro não possui caráter criminoso transnacional, com isso seus recursos são utilizados largamente no interior de comunidades carentes, que são seus redutos criminosos, para que consigam se aparelhar no requisito bélico para autodefesa e ataque, assim como para extrapolar as atividades criminosas para além das favelas com logística que coloca os criminosos em superioridade bélica sobre as forças policiais, se acaso flagrados em deslocamento ou em cometimento de crime. Sua atividade criminosa busca essencialmente lucro para que haja uma continuidade do exercício do seu poderio.

Para tanto, o aspecto financeiro é preponderante para ambos tipos de criminalidade organizada. A diferença se dá no montante de dinheiro angariado, nas variadas formas de obtenção desses recursos, nas necessidades logísticas de utilização etc.

5.2.4 – Poderio bélico

Quando se fala em poderio bélico terrorista ou do tráfico de drogas, evidentemente, não se pode afirmar com exatidão nem o número de armas de fogo, nem o calibre delas. Afinal, não são armas compradas legalmente, não possuem registro formal. Por isso, estima-se a partir

de informações oriundas do serviço de inteligência das forças de segurança e se tem uma melhor noção quando há apreensão.

No caso específico do Estado do Rio de Janeiro, a figura 18, que se segue, traz um retrato do que, de fato, vem sendo apreendido, quando se trata de armas de fogo: revólveres, pistolas, espingardas, metralhadoras, fuzis e outras categorias. Para tornar ainda mais específico, o relatório do Instituto de Segurança Pública aponta para o ano de 2019. Tendo havido no referido ano, apreensões que totalizaram 8.423 armas de fogo, sendo 550 fuzis e 3.784 pistolas.



Figura 18. Apreensão de armas de fogo no Estado do Rio de Janeiro no período de 2007 a 2019.
Fonte: Instituto de Segurança Pública, Segurança Pública em Números 2019, p.10.

Embora armas brancas tenham sido mais amplamente utilizadas atualmente por lobos solitários, com objetivo de evitar serem descobertos antes da concretização do ataque, é sabido que armas de fogo são comumente utilizadas pelos criminosos do tráfico de drogas no Rio de Janeiro para execução de seus atos. E isso se dá, basicamente, em razão de objetivos e *modus operandi* diferentes.

Ao passo que tráfico vai se armar para defesa do território sob sua influência e também para cometer crimes fora dele, não há em sua essência a despreocupação com a própria vida ou dos comparsas. Pelo contrário, a luta se dá incessantemente ao longo da sua vida criminosa, até

que ela chegue ao fim pela prisão - quando não mais estará fisicamente presente na comunidade, podendo ainda que preso exercer influência - ou pela morte.

Para além disso, existem também armas de fogo de mais elevado poderio bélico por ambas criminalidades. Armamentos esses capazes de derrubar helicópteros e diversas outras finalidades. São inúmeros exemplos de armas, desde as mais rudimentares às mais complexas. Não há cartilha de homologação de armas para atividade criminosa, de maneira geral. Tanto traficantes, quanto terroristas utilizam aquilo que melhor lhes convier para atingir ao objetivo. Recuperando exemplo já citado dos atentados terroristas aos Estados Unidos, em 2001 as armas utilizadas foram aviões comerciais.

5.2.5 – Propaganda e apelo midiático

Há forte contestação o papel da grande mídia, porém é inegável que ela tenha o seu devido valor social, político, econômico etc. Tanto que, em regimes totalitários, há uma conduta padronizada de imposição de censura, de controle e manipulação das informações através da mídia, como uma das medidas urgentes, para se atingir o maior número possível de pessoas e transmitir aquilo que melhor convier ao governo.

As propagandas nazistas são exemplos históricos de como um governo totalitário pode se utilizar dessas ferramentas para que, através da mentira, manipulação de dados e informações, possa haver uma abrangência enorme da manipulação pretendida sobre a população.

Logicamente, esse fenômeno tendencioso e parcial também ocorre no Brasil e, mais especificamente, na cidade do Rio de Janeiro. Ressalvadas as devidas proporções da análise comparativa, evidentemente. Contudo, não deixa de ser fato que cada grupo midiático, seja grande ou independente, traz opiniões que refletem determinados posicionamentos políticos e ideológicos.

Tendo isso sido colocado, não há aqui uma defesa de padronização de discursos, muito pelo contrário. Há, sem dúvida alguma, a defesa da liberdade e da diversidade de pensamentos e opiniões, sendo legítimos. Contudo, muitas vezes o que se pode constatar, em determinadas ocasiões, são condutas baseadas em notícias falsas e deturpação de ideias, que contrariam a legislação vigente.

“A mídia, de certa forma, alimenta a hidra para que diversas cabeças surjam do nada, dando sentido às territorializações das favelas. Do anonimato para a fama em 24 horas”. (Campos, 2010, p.135).

É evidente que, assim como, o cidadão comum tem consciência, ainda que por vezes parcial, desse poder exercido pela propaganda, o criminoso também tem. E quando ele se dá conta dessa ferramenta, passa a usá-la em benefício próprio. Ainda que de maneiras diferentes, rádios comunitárias nas favelas, mensageiros do tráfico, mídias sociais, mídias convencionais, faixas, pichações em muros, mensagem em rádios transmissores acabam por fazer esse papel de difusor de práticas, ideias e ordens da facção criminosa. Não raro essa lógica atinge e pode ser percebida pela população carioca, sendo moradores de favelas ou não.

No Rio de Janeiro, não é incomum que traficantes, antes de combaterem os policiais que estão no seu encalço, mandem recados por rádios transmissores, dizendo que irão torturá-los, que estão com armamentos mais potentes, que são mais preparados, que estão dispostos a tudo; enfim, tentam, de todas as maneiras, intimidar a polícia, para assim, evitar o avanço da tropa em sua direção. (Grecco, 2019, p. 27).

Por outro lado, tal como a criminalidade organizada do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro, o terrorismo também se utiliza largamente dessa ferramenta. E isso ocorre para diversas finalidades, tais como: recrutamento, cartilhas de conduta e instruções, propagandas etc. Em ambientes virtuais de domínio público, por exemplo é possível ter acesso a materiais ou revistas, sendo alguns exemplos: Rumiyah; Dabiq e Inspire.

Com isso, nota-se que há uma porção significativa da atenção criminosa voltada especificamente para utilização de meios de comunicação e propaganda. E essa característica não é exclusiva de nenhuma organização específica, pelo contrário, apresenta-se como uma das principais características em comum da criminalidade organizada, de maneira geral, e em específico das duas aqui estudadas, do tráfico de drogas e do terrorismo.

Conclusão

Nesta investigação foi de suma importância compreender, *a priori*, a construção do espaço urbano e social carioca através de panorama pormenorizado do surgimento das favelas e sua evolução, com objetivo de se partir de uma base de análise sólida que pudesse viabilizar melhor compreensão e maior exatidão na resposta para constatar se de fato há aproximação do atual *modus operandi* da criminalidade organizada do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro com o terrorismo.

Houve, sem dúvida, grande demanda habitacional que gerou a ocupação desordenada dos morros por parte da população carente, conforme já explicitado. Em simultâneo a isso, uma marcada negligência estatal, em diversos sentidos, acabando por corroborar tanto para surgimento de lideranças locais, quanto para estabelecimento e estruturação de grupos criminosos nesses mesmos espaços, que originalmente surgiram para abrigar população pobre.

Desde seu surgimento, o olhar do poder público para esses espaços teve um marcado caráter marginalizado e criminalizado, tendo sua omissão resultado em uma demanda local por referências ou lideranças que representassem e defendessem os interesses daquelas populações. E é nessa lacuna que surgem e tomam espaços de influência as facções criminosas do tráfico de drogas.

Com isso, verificou-se inicialmente a faceta criminosa de se auto definir como defensor da comunidade, alegando ter um perfil criminoso social, que se coloca contra as ameaças externas e, além de proteger, subsidia as necessidades mais básicas daquela comunidade sob sua influência. Conduta essa, marcadamente servindo de pano de fundo para que se estabelecesse nessas localidades o poderio desta criminalidade. Tendo sua convivência e relação com os cidadãos residentes transitado entre três pilares fundamentais de dominação: medo, omissão e/ou conivência.

Em razão da comprovada evolução da criminalidade organizada do tráfico de drogas, neste presente estudo, e seus desdobramentos ao que se refere ao incremento de seu aparato bélico, de suas estruturas de proteção às ações policiais e, de maneira geral, ao seu *modus operandi* atual, percebeu-se a necessidade de investigar e traçar uma comparação entre ambos fenômenos criminosos estudados.

Com isso, foi possível comprovar que, embora sejam criminalidades distintas, existem aspectos que se aproximam em razão da natureza criminosa. Contudo, tais semelhanças

apontadas não fazem parte de estrutura central das facções criminosas do Rio de Janeiro. Uma vez que, do mesmo modo em que semelhanças puderam ser constatadas, as diferenças também foram apontadas. Sendo estas claramente determinantes quanto à essência em si de cada um dos dois tipos criminosos estudados e comparados. A questão cerne de a criminalidade organizada do tráfico de drogas ser essencialmente financeira, e não ser política, religiosa e ideológica, já é um ponto determinante para que seja excluída a possibilidade de se considerar viver no Rio de Janeiro uma criminalidade de tráfico de drogas terrorista ou de se considerar as atividades como terrorismo doméstico.

Apesar de as citadas aproximações ocorrerem especificamente no campo da execução de crime e não numa estrutura organizada própria com objetivo de que sejam adotadas efetivamente práticas terroristas pelas facções, é fundamental que seja dada a devida importância para a atual conduta dos traficantes de drogas. Considerando, essencialmente a periculosidade inerente ao incremento criminoso, tal como presente atualmente na cidade do Rio de Janeiro. Por isso, à luz, principalmente, dos cinco aspectos comuns aos dois tipos de criminalidade apontados no presente estudo, já se pode considerar um caminho a ser percorrido para um enfrentamento mais eficaz, ainda que árduo e longo, pelo poder público não só do Estado, mas também da Federação.

Para além de toda constatação teórica e prática nesta investigação, fez-se primordial aplicação de questionário aos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro para que houvesse ampliação do grau de compreensão sobre o tema, acrescentando-se a percepção daqueles profissionais de segurança pública que lidam direta e diariamente com o enfrentamento do crime.

Considerando as perguntas realizadas aos 425 policiais que participaram voluntariamente da pesquisa, houve uma complementação da teoria com a empiria, que somente pode ser constatada no terreno de operações, tal como se deu neste caso.

Após obtenção e análise desses resultados de caráter qualitativo da percepção dos policiais sobre a violência das facções criminosas do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro, foi possível concluir que: houve aumento do emprego da violência; é rotineira presença de elementos de contraguerrilha dispostos estrategicamente em territórios sob influência de traficantes de drogas; os confrontos armados, durante as incursões policiais, acontecem com frequência considerável, podendo ser considerada até uma condição *sine qua non*; as condições em que os policiais se encontram, normalmente, são de inferioridade bélica e numérica; a

principal motivação criminosa é financeira, tendo sido a religiosa excluída pelos policiais; material de controle financeiro dos traficantes é amplamente utilizado e apreendido, porém cartilhas de condutas e regramento não são tão comuns quanto as financeiras; das armas apreendidas, a pistola e o fuzil são maioria; os criminosos, em geral, têm técnicas apuradas de combate; há conduta coletiva, no interior dessas comunidades, regrada pelos traficantes locais, que determinam como os moradores devem agir em diversos momentos; a forte influência dos traficantes se dá majoritariamente por medo, seguida da negligência estatal; os traficantes ameaçam os moradores, já tendo tido os policiais contato com as ameaças ou reflexos delas; e, que os policiais também, em sua maioria, já tiveram conhecimento ou contato da difusão de ameaças ou demonstração de força dos criminosos por redes sociais direcionados a grupos rivais ou aos próprios policiais.

Ressalta-se, diante do exposto, que a criminalidade do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro apresenta características heterogêneas na sua constituição, que originalmente trouxe aspectos menos robustos para, *a posteriori*, receber um incremento ideológico e tático advindo de politização, com essências de guerrilha urbana. Tendo, no que neste contexto pode se considerar como um terceiro momento, exponenciado seu crescimento e fortalecimento, por volta dos anos 80, em razão do maior enriquecimento oriundo da chegada e do tráfico da cocaína. Fato esse que possibilitou maior estruturação criminosa com vastos recursos financeiros, bélicos, logísticos etc.

Há, por certo, um desafio securitário de grandes proporções que inclui a necessidade de uma força policial robusta, bem treinada e equipada, assim como uma melhor integração com as demais forças de segurança, para que através dos serviços de inteligência e operacionais se possa combater com mais eficiência a criminalidade. Sendo urgente também perceber que não apenas com força policial se faz segurança pública, afinal quando a polícia necessita agir é sinal de que todo o trabalho de prevenção estatal falhou. O Estado precisa agir com melhores e maiores recursos, oportunidades, assistências básicas, tais como saúde, educação, cultura e emprego, para reduzir gradativamente o impacto causado pelo recrutamento criminoso, que busca fortalecimento através do fascínio exercido sobre as crianças e jovens carentes ao que se refere a falsa possibilidade de uma vida com mais dinheiro, reconhecimento social e poder.

Corroborando ainda para o estudo realizado, é importante também que haja profunda reflexão sobre a componente humana que convive num cenário permeado cotidianamente pelos reflexos de toda violência advinda das atividades criminosas, principalmente as do tráfico de

drogas. É necessário não negligenciar essa componente, que é, evidentemente, motora da sociedade e tem seus direitos mais básicos atingidos direta ou indiretamente.

O exercício da liberdade individual é uma exigência inseparável da dignidade humana. O porvir de cada sociedade política depende do grau de liberdade individual, consentida a cada um dos seus membros.

Na sociedade de risco, o cidadão só se sente livre (valor-fim), se estiver seguro (valor-meio). A liberdade pessoal precisa da seguridade individual, sob pena de perder o sentido. Uma sociedade aberta exige a promoção da segurança, sem apagar a liberdade. (Clemente, 2015, p.46).

Enfim, com base em toda investigação realizada, conclui-se que apesar de apresentar características diversas e não possuir ideologia terrorista, a criminalidade organizada do tráfico de drogas carioca apresenta elevado perigo aos cidadãos e ao Estado. Uma vez que suas ações desconsideram quaisquer tipos de regramento social ou legal, evidentemente, já que não há previsibilidade sobre ações criminosas. Agindo, desta forma, os criminosos da maneira que melhor lhes convier; podendo cometer desde um furto até a derrubada de helicópteros. Não podendo desconsiderar as torturas e execuções de cidadãos criminosos ou não realizadas pelo tráfico, de acordo com julgamento próprio.

Referências Bibliográficas

- Abreu, Maurício de Almeida. (2013). *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos.
- American Psychological Association*. (2010). *Manual of American Psychological Association*. Washington, DC.
- Araújo, Leonardo Novo Oliveira Andrade de. (2019). *Direito Operacional*. São Paulo: Ícone.
- Arendt, Hannah. (2017). *As Origens do Totalitarismo*. Alfragide: Dom Quixote.
- Aristóteles. (Trans.1977). *Tratado da Política*. Grandes Obras – Livros de bolso: Europa-América. Ed: Publicações Europa-América.
- Beccaria, Cesare. (2002). *Dos Delitos e das Penas*. São Paulo: WVC Editora.
- Bobbio, Norberto. (1995). *Direita e Esquerda: Razões e Significados de uma Distinção Política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Brandão, Ana Paula [et al.]. (2011). *A Luta Contra o Terrorismo Transnacional*. Centro de investigação do ISCPSI.
- Burke, Peter. (2012). *História e Teoria Social*. São Paulo: Unesp.
- Caiado, Ricardo Alexandre Rodrigues. (2013). *O Sentimento de Insegurança e a sua Interação com a Criminalidade*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Campos, Andreilino. (2010). *Do Quilombo à Favela: a Produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Campos, Joice Cristina de. (2008). *O Sentimento de Insegurança na Cidade do Rio de Janeiro: As Percepções e a Mudança na Rotina de Vida*. Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF.

- Carrapiço, Helena. (2006). Crime Organizado Transnacional na Europa. Origens, práticas e consequências. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Clemente, Pedro José Lopes. (2015). Cidadania, Polícia e Segurança. Lisboa: ISCPSI.
- Costa, Antonio Maria. (2005). Drugs, Crime and Terrorist Financing – Breaking the Links. Conference on Combating Terrorist Financing. Viena: United Nations.
- Durkheim, Émile. (1895/2007). As Regras do Método Sociológico. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo. Editora Martins Fontes.
- Elias, Luís. (2018). Ciências Policiais e Segurança Interna - Desafios e Prospectiva. Lisboa: ISCPSI.
- Espírito Santo, Paula do. (2010). Introdução à Metodologia das Ciências Sociais – Gênese, Fundamentos e Problemas. Lisboa: Sílabo.
- Ferraz, Claudio Armando. (2012). Crime Organizado: Diagnóstico e Mecanismos de Combate. Rio de Janeiro.
- Foucault, Michel. (2011). Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes.
- Greco, Rogério. (2019). Terrorismo: Comentários à Lei nº 13.260/2016. Niterói: Impetus.
- Greco, Rogério. (2020). Crimes Hediondos: Comentários à Lei nº 8.072/1990. Niterói: Impetus.
- Greco, Rogério e Freitas, Paulo. (2020). Organização Criminosa: Comentários à Lei nº 12.850/2013. Niterói: Impetus.
- Hamada, Hélio Hiroshi; Moreira, Renato Pires. (2016). Inteligência de segurança pública e cenários prospectivos da criminalidade. Belo Horizonte: D'Plácido.

- Machado, Carla. (2004). Crime e Insegurança – Discursos do Medo e Imagens do Outro. Lisboa: Notícias Editorial.
- Matos, Hermínio Joaquim de. (2016). Terrorismo & Contraterrorismo – Sistemas de Segurança Interna. Portugal: Celeidoscópico.
- Martins, Raúl François Carneiro. (2010). Acerca de “Terrorismo” e de “Terrorismos”. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Misse, Michel. (2008). Sobre a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro. Porto Alegre: Civitas.
- Misse, Michel. (1999). Malandros, Marginais e Vagabundos e a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Iuperj.
- Moreira, Ruy. (2004). O Círculo e a Espiral: Para a Crítica da Geografia que se Ensina – 1. Niterói: AGB.
- Oliveira, Alexandre Silveira de. (2017). Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo no Brasil. Dissertação de Mestrado: ISCPSI.
- Peixoto, Alberto. (2012). Vitimização Criminal – Mitos e Realidades. Ponta Delgada: Edições Macaronésia.
- Pereira, Eliomar da Silva; Barbosa, Emerson Silva. (2015). Organizações Criminosas – Teoria e Hermenêutica da Lei nº 12.850/2013. Porto Alegre: Ed. Núria Fabris
- Peterke, Sven e Lopes, Silvia Regina Pontes. (2008). Crime Organizado e Legislação Brasileira à Luz da Convenção de Palermo: Algumas Observações Críticas. Verba Juris.
- Pires, Lenin e Eilbaum, Lucia et al. (2009). Políticas Públicas de Segurança e Práticas Policiais no Brasil. Niterói: EdUFF.

- Pires, Nuno Lemos. (2016). Do Terrorismo Transnacional ao Choque de Valores. IDN: Nação e Defesa nº 143.
- Rapoport, David C. (2013). As Quatro Ondas do Terrorismo Moderno: Dimensões Internacionais e Consequências. Genebra: UCLA. DOI: 10.4324/9780203093467
- Resende, Rui. (2016). Técnica de investigação qualitativa: ETCL. *Journal of Sport Pedagogy & Research* nº 2-1, pp. 50-57.
- Rosseti, Disney. (2011). Maquiavel e a “Guerra Justa” contra o Terror. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*: Brasília, v. 2, n. 1, p. 51-72, jan/jun 2011.
- Santos, Milton. (1978). Por uma Geografia Nova. Niterói: EdUFF.
- Santos, Milton. (2005). Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: EdUSP.
- Silva, Andressa Henning e Fossá, Maria Ivete Trevisan. (2015). Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. Retirado de DOI: <http://dx.doi.org/10.18391/qualitas.v16i1.2113>.
- Silva, Gustavo Vieira da. (2017). A Atividade de Inteligência e a Cooperação Internacional como Ferramentas de Combate ao Terrorismo: um Olhar a partir do Brasil. Florianópolis: UFSC.
- Silva, Luíz Antônio Machado da. (1999). Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. Niterói: Revista de Sociologia e Política nº 13.
- Silva, Manuel da. (2005). Terrorismo e Guerrilha - Das Origens à Al-Qaeda. Lisboa: Edições Sílabo.
- Silva, Michael César. (2018). Estado Democrático de Direito e Solução de Conflitos – Diálogos e Repercussões na Sociedade Contemporânea – Volume 1. Belo Horizonte. Editora: Newton Paiva.

- Soares, Luiz Eduardo. (2000). *Meu Casaco de General: 500 Dias no Front da Segurança Pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, Percival de. (2002). *Narcoditadura: O Caso Tim Lopes, Crime Organizado e jornalismo investigativo no Brasil*. São Paulo: Labortexto Editorial.
- Sutti, Paulo e Ricardo, Sílvia. (2003). *As diversas faces do terrorismo*. São Paulo: Harbra.
- Toledo, Diego de Figueiredo et al. (2017). *Milícias no Rio de Janeiro: ascensão, consequências e meios para diminuir a sua força*. Juiz de Fora: *Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior* ISSN 2176 1035.
- Torres, José Emanuel de Matos. (2009). *Terrorismo islâmico: gestão dos riscos para a segurança nacional*. Lisboa: EDIUAL.
- Veríssimo, Marcos. (2009). *O medo de errar e o *ethos* da Polícia Militar no Rio de Janeiro*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Vervaele, John A.E. (2017). *Contraterrorismo: Expansão e função da rede na justiça criminal*. *Revista Juris Poisis: Rio de Janeiro*. Vol.20-nº 23, p. 1-18.
- Wilson, James Q. e Kelling, George L. (1982). *Broken Windows: The Police and Neighborhood*.
- Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.
- Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 de Segurança Nacional.
- Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 dos Crimes Hediondos.
- Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006. Retirado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm
- Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013 das Organizações Criminosas. Retirado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm.

Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 de Antiterrorismo. Retirado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm.

Decreto Legislativo nº 10, de 20 de fevereiro de 2018.

Decreto nº 5.015 de 12 de março de 2004. Retirado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm

Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

A guerra urbana não declarada no RJ e seus efeitos na PMERJ. Retirado de: <http://www.pmerj.rj.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/A-Guerra-Urbana-do-RJ-e-seus-efeitos-na-PMERJ-1.pdf>, acessado em 13 de outubro de 2018.

Aglomerados Subnormais. Retirado de <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>

Análise da Vitimização do policial. <http://www.pmerj.rj.gov.br/analise-da-vitimizacao-do-policial/> - acessado entre 15 de outubro e 20 de novembro de 2018.

Gabinete de Intervenção no RJ decide acabar com metade das UPP's. Retirado de <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/gabinete-de-intervencao-no-rj-decide-acabarcom-metade-das-upps.ghtml>. Acessado em 24/06/2019. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html. Acessado em 24 de junho de 2019.

Global Terrorism Index 2018. Retirado de <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2018/12/Global-Terrorism-Index-2018-.pdf>- acessado em 15 de janeiro de 2019.

González, Fredy Enrique. (2020). Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. Retirado de DOI: <http://dx.doi.org/10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.322>.

Instituto de Segurança Pública. Segurança Pública em Números. (2019). Retirado de http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/SegurancaemNumeros2019.pdf

Minayo, Maria Cecília de Souza e Costa, António Pedro. (2018). Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. Retirado de <http://hdl.handle.net/10437/9313>.

Morte de policiais: quem se importa? Observatório da Intervenção. Retirado de: http://observatoriodaintervencao.com.br/wpcontent/uploads/2018/10/Infografico07_obse rvatorio_ARTE-FINAL-1.pdf, acessado em 07 de novembro de 2018.